

ZONA NORTE

Grande obra viária pode mudar acessos de bairros de Curitiba

Entre as obras, correção geométrica, novas rotas e até mesmo um novo viaduto pode ser erguido na região

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) planeja uma nova e grande mudança nos acessos de quatro bairros da zona norte de Curitiba.

As mudanças no trânsito devem acontecer na região dos bairros São Lourenço, Abranches, Pilarzinho e Bacacheri. Os serviços de levantamento topográfico já começaram.

Segundo o IPPUC, os serviços que estão sendo realizados na região são necessários para complementar os estudos de viabilidade técnica para a elaboração de projetos executivos do sistema viário entre os bairros Abranches, Pilarzinho e Bacacheri, que fazem a conexão entre os bairros, para avaliação de rotas alternativas de fluxo viário.

O estudo inclui uma ligação metropolitana com a Rodovia dos Minérios, que atualmente é feita pela Rua Mateus Leme e pelo binário envolvendo a Rua João Gava e a rua Nilo Peçanha.

Os técnicos, inclusive, estão medindo os terrenos de casas próximas ao Parque. Na quarta, várias residências da Rua Vitória João Brunor, uma rua calma paralela à Mateus Leme, receberam a visita dos técnicos.

Os moradores têm recebido uma declaração afirmando que a empresa Planejar Engenharia Ltda, contratada pelo IPPUC, está autorizada a realizar serviços topográficos, inclusive nos interiores dos lotes afetados.

O estudo citado na declaração chama-se "Projetos de Engenharia de Infraestrutura e OAE. O contrato é o 431/2024 e o aditivo foi assinado em dezembro do ano passado. Segundo o contrato, a empresa tem o prazo até 11 de junho deste ano para execução do serviço.

De acordo com o IPPUC, no total, estão sendo avaliadas as geometrias e traçados de mais de 21 km de ruas na região.

Audiências públicas

O presidente do Conselho Comunitário do Abranches (Conseg-Abranches), Volnei Lopes da Silva, confirmou que grandes mudanças no trânsito do bairro estão por vir, mas garante que, em acordo com o IPPUC e Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (Amep), haverá uma audiência pública com a comunidade sobre o assunto.

"Nós já tivemos duas reuniões com o IPPUC e uma com a Amep para discutir toda a mudança que vai acontecer na Zona Norte. Desta vez, eles entenderam que a comunidade precisa opinar e entender a necessidade.

De acordo com ele, a sugestão do Conseg é que as obras na Rodovia do Minério, que estão avançando, precisam ser adaptadas para o novo binário no Abranches, por isso a participação da Amep é essencial em toda a discussão.

A duplicação da rodovia dos Minérios (PR-092), no trecho entre os quilômetros 14,3 e 15,6, em Almirante Tamandaré, já atingiu 56,21% de execução, segundo último balanço.



Franklin de Freitas

Rua Vitória João Brunor, no Abranches: estudos

MUDANÇA

Presidente Lula determina demissão do presidente do INSS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou, ontem, a demissão do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto. A informação foi confirmada a Secretaria de Comunicação Social do Palácio do Planalto.

Ele é um dos investigados da Operação Sem Desconto, que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram na manhã de ontem.

A exoneração foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite de ontem.

Mais cedo, a Justiça Federal já havia determinado o afastamento cautelar de Stefanutto e de outros cinco servidores públicos.

A operação investiga um suposto esquema nacional de cobrança de mensalidades associativas não autorizadas que teria descontado de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Após a deflagração da operação, o governo federal anunciou a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica que permitem que organizações da sociedade civil cobrem de aposentados e pensionistas mensalidades associativas descontadas diretamente dos benefícios pagos pelo INSS.

A medida foi anunciada poucas horas após a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem a chamada Operação Sem Desconto, que aprofunda as investigações sobre um suposto "esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas" que teria descontado de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Com informações da Agência Brasil.

COLUNA DO MIAU

Maurício Carraro | miaucarraro@yahoo.com.br



Foto: Maringás Maciel



A Orquestra Sem Fim se apresentará dia 27, no Jokers. Imperdível!

Tem Campeonato

Vem aí mais uma edição do Curitiba Pole Festival. Sim! Aquela dançaagarrada em um cano, outrora vista apenas em cabarés, virou esporte e tem competição. Será no dia 19 de Julho e as inscrições já estão adisposição das interessadas. Portanto, sé é ferra na barra vertical, jãpode se inscrever. Será no Teatro Bom Jesus. Que blasfêmia!

Tormenta

Nesta sexta-feira, o Jokers recebe 3 bandas bem boas no seu "TormentaFestival". No palco da casa, eis as 3 atrações: She Is Dead, Corram paraas Colinas (adorei o nome) e a fantástica Orquestra Sem Fim. Música damelhor qualidade para todos gostos. Super recomendo!

Adeus Francisco!

Perdemos um Papa maravilhoso. O que me entristece é ver, no Brasil, um país essencialmente católico, vermos pessoas odiando o Papa e fazendo piadinhas com sua morte. O chamam de comunista. Mesmosabendo que Jesus cristo foi o primeiro "comunista" da História daHumanidade. Sim! Ele defendia os pobres, os fracos e os oprimidos pela sociedade. R.I.P Papa Chico!

AVALIE

- No próximo dia 27, Diogo Portugal, leva seu espetáculo solo "Burrice Artificial" ao palco da DHouse. 21hs.
- O lendário Bar Dom Max não fechará. Apenas mudará de endereço. Não desanimem!
- Ali na região da Prudente tem mais um bar que quero conhecer. Bar Leria. Rua Julia da Costa, 252
- Esfriou! Não esqueça o quanto são boas as sopas do Bom Strudell!

No mais, uma ótima semana a todos e que a vida continue nos tratando com muito carinho!

PUBLICIDADE LEGAL

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 06/05/2025, às 10h00 | 2º Público Leilão: 08/05/2025, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária TRUE SECURITIZADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, tendo como atual denominação social TRUE ADMINISTRADORA FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS S.A., VENDEDORA, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado na cidade de São Paulo/SP, em 01/06/2022, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o IMÓVEL: RESIDÊNCIA Nº 02, em alvenaria, com 02 Pavimentos, integrante do RESIDENCIAL SILVEIRA NETO, situado Rua Silveira Neto, nº 660 - 02, Água Verde, Curitiba/PR, com ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA EXCLUSIVA DE 157,79m² (Pav. Térreo: 51,14m²; Pav. Superior: 61,56m²; e Sótão: 45,09m²), com ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 102,40m², e FIT 0,212624, mais bem descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 73.231 do 5º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba/PR. Inscrição Imobiliária: 09.1.0021.0142.00-0. Indicação Fiscal: 41.136.007.001-5. Consolidação da Propriedade: 31/03/2025. Lances Mínimos: 1º Leilão: R\$ 903.853,49. 2º Leilão: R\$ 612.802,79. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; 2. O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; 3. Débitos de IPTU existentes e no limite apurado ATÉ as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos APÓS as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; 4. Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; 5. O Arrematante arcará com as custas, impostos, taxas e despesas para a regularização de eventual aumento construtivo junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente e demais órgãos públicos e privados; 6. IMÓVEL OCUPADO. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato; 7. A venda será feita em caráter AD CORPUS. Imóvel entregue no estado em que se encontra; 8. Constam indisponibilidades averbadas sob nºs 09 e 10 na matrícula, as quais não impedem a realização dos leilões, sendo que a baixa das averbações ficará a cargo do arrematante, bem como todas as custas e despesas para o ato; 9. As demais regras, condições e informações constam no EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante JULIANO ZERBINATO - CPF nº 922.856.949-20, devidamente comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

MONARCA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 05.398.928/0001-90
NIRE 41300307989

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **MONARCA PARTICIPAÇÕES S.A.** para comparecer na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.064, loja e sobreloja, Centro, no dia **28 de abril de 2025**, às **16:00 horas**, para deliberar, em Assembleia Geral Ordinária, sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2024, as quais foram publicadas em sua íntegra na forma do §5º do art. 133 da Lei 6.404/76; e (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Para participar da Assembleia, os Srs. Acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do Acionista ou de seu representante; e (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista.

Curitiba, 04 de abril de 2025

Seme Raad
Diretor Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2025

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios destinados à secretaria municipal de educação para atendimento da alimentação escolar da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

PREÇO MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 117.476,50 (Cento e dezessete mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

DATA: 12 de maio de 2025 às 08:30 hrs, plataforma: www.comprasgovernamentais.gov.br.

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no site www.prudentopolis.pr.gov.br e na plataforma www.comprasgovernamentais.gov.br, e demais informações no telefone 0800 808 0130.

Vanessa Sass
Pregoeira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
COPADUBO S/A
CNPJ nº 27.918.834/0001-37

Em razão da **Assembleia Geral Extraordinária**, realizada no dia 16 de abril de 2025, não ter atingido o quórum necessário para sua instalação em primeira convocação a respeito dos itens “b” e “c” constantes daquela pauta, ficam convocados, agora em sede de Segunda Convocação, os senhores acionistas da Copadubo S/A, CNPJ/MF sob nº 27.918.834/0001-37 para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 07 de maio de 2025.

A Assembleia será realizada de forma **PRESENCIAL**, na sede do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Paranaíba, situada na Avenida Gabriel de Lara, 2247, Rocio, Paranaíba/PR.

A ordem do dia ora proposta pelo presidente do Conselho de Administração decorre do pleito de alguns acionistas junto ao Conselho de Administração, os quais serão esclarecidos quando da realização da Assembleia Geral ora convocada.

A Assembleia acontecerá às **18:00 horas**, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas que possuam ações no capital social da Companhia.

A Assembleia deliberará sobre a mesma ordem do dia, constantes dos itens “b” e “c” da Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 16.04.2025, qual seja:

a) Apresentação, discussão e deliberação sobre a necessidade de se alterar o texto estatutário para permitir a eleição da diretoria da companhia através de votação por maioria numérica do Conselho de Administração, alterando-se, conseqüentemente, o texto do Parágrafo Único do art. 31 do Estatuto Social;

b) Apresentação, discussão e deliberação acerca de possível alteração do art. 25 do Estatuto Social, para que as decisões do Conselho de Administração sejam consideradas pela maioria numérica simples dos seus integrantes.

Informações Gerais: o acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia com poderes específicos para votar nas deliberações da assembleia, bem como a assinatura da ata da respectiva assembleia e do livro de presença dos acionistas, observada e respeitada as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, com a apresentando o documento hábil para sua identificação.

Paranaíba/PR, 17 de abril de 2025.

Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025
OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de vestuário, itens de higiene, cuidados e acessórios para recém-nascido, pelo período de 12 (doze) meses **VALOR:** R\$ 359.680,00 - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 13/05/2025, no site <http://blcompras.org.br/> - **EDITAL:** www.santoantoniodaplatina.atende.net - **INFORMAÇÕES:** FONES/ MAIL: (43) 3534-8700 - licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br. Santo Antônio da Platina/PR, 23 de abril de 2025 - Cássia Eduarda Ribeiro – Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº
043/2025

OBJETO: Aquisição de máquina e equipamento agrícola.
ABERTURA: 09/05/2025 às 09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: Não

PRIORIDADE LOCAL/REGIONAL: Não

MARGEM DE PREFERÊNCIA: Não se aplica

PLATAFORMA DE DISPUTA: www.gov.br/compras (90043/2025)

AUTORIZAÇÃO: Mauricio Roberto Rivabem (Prefeito Municipal)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão retirar o edital na Av. Padre Natal Pigatto, 925, bloco 09, no horário de expediente, pelo site campolargo.atende.net aba de Licitações ou www.gov.br/compras (UASG 987481).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

MILAN LEILÕES
LEILOEIROS OFICIAIS

25 / Abril 2025 Sexta 9:30h.

Volkswagen
LEILÃO ONLINE

SAIBA MAIS

APROX. 950 LOTES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS VOLKSWAGEN

PARTICIPE ACESSE: WWW.MILANLEILÕES.COM.BR

SIRAMA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28
ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a não instalação, em primeira convocação, da Assembleia dos Sócios, agendada para 22 de abril de 2025, são convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a ser realizada no dia **30 de abril de 2025, às 14 (quatorze) horas**, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2024;
- Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;
- Fixação da remuneração global dos órgãos da administração.
- Formalização das transferências de quotas da Sirama efetivadas pelos sócios identificados a seguir:

(a) 8.914.250 (oito milhões, novecentas e quatorze mil, duzentas e cinquenta) quotas de titularidade do Espólio de Elizabeth Vieira de Araujo Curi, partilhadas à sua herdeira Maria da Graça Araújo Curi;

(b) 575.754 (quinhentas e setenta e cinco mil, setecentas e cinquenta e quatro) quotas de titularidade do Espólio de João Luiz Slaviero de Quadros, partilhadas à sua herdeira Maria Helena Seiler Bettge;

(c) Aprovação da minuta da 69ª Alteração Contratual da Sirama contemplando as transferências de quotas tratadas no item antecedente, além de outras modificações de ordem cadastral, se necessárias.

Curitiba, 23 de abril de 2025.

Conselho de Administração

CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES VETERINÁRIAS LTDA.
CNPJ/MF Nº 31.304.296/0001-68 – NIRE 41208297891
Convocação para Reunião de Sócios

Ficam os Senhores sócios do **CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES VETERINÁRIAS LTDA.** convidados a participarem, em primeira convocação no dia 8 do mês de maio do ano de 2025, às 10h00 (dez horas), ou então em segunda convocação no dia 15 do mês de maio do ano de 2025, às 10h00 (dez horas), da Reunião de Sócios a ser realizada na sede da Sociedade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua André Zanetti, nº 340, Bairro Vista Alegre, CEP 80.810-280, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) Aumento de Capital Social (cláusula 5ª) (ii) Extinção da filial de Ribeirão Preto/SP (cláusula 2ª, § 1º); (iii) Exclusão do § 4º. da Cláusula 8ª; e (iv) Assuntos Gerais da Sociedade.

Curitiba, 23 de abril de 2025.
EDGAR FRANCO RAMOS DE CARVALHO
Sócio Administrador

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL. JORGE FERLIN DALE NOGARI DOS SANTOS, Leiloeiro Oficial, Matrícula 606/98 (JUCEPAR), devidamente autorizado por **SCHABATURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.**, CNPJ/ME nº 79.597.639/0001-56, faz saber a todos que lerem o presente edital ou que dele tiverem conhecimento, que fará realizar leilões extrajudiciais, em atendimento aos procedimentos da **Lei Federal nº 9.514/1997** e alterações, de uma sala comercial, no dia **27 de maio de 2025, às 14 horas. 1º LEILÃO – Online e 2º LEILÃO – Online, dia 03 de junho de 2025, às 14 horas, através do endereço www.nogarileiloes.com.br.** Os leilões terão por objeto a alienação do imóvel objeto da matrícula nº 80.482 deste Cartório de Registro de Imóveis, representado pelo escritório sob nº **604**, localizado no 6º pavimento do EDIFÍCIO COMERCIAL ACQUE VERDI, situado na Avenida República Argentina, 2275 e Rua João Geara n. 27, nesta cidade de Curitiba, PR, com área construída privativa de 32.370m2, área construída de uso comum de 9.0267m2, área construída total de 41.3967m2, quota de terreno de 4.6939m2 e fração ideal de solo de 0,003654., indicação fiscal da unidade n. 63-019-049-081-9 do Cadastro Municipal. **Devedor fiduciante:** ELOISE PEREIRA CURY (CPF 007.545.379-78). **ÔNUS:** não há. **Lance mínimo 1º leilão: R\$ 276.926,38. Lance mínimo 2º leilão: R\$ 202.437,89.** Pagamento à vista no ato da arrematação, por meio de depósito em conta bancária vinculada ao Comitente. A comissão do leiloeiro é devida pelo percentual de 5% do preço acatado. Condições de entrega do bem: recebido o preço da arrematação, a comissão do leiloeiro e pagas as demais despesas previstas em edital, o bem será entregue ao arrematante nas condições em que se encontra, após a assinatura da escritura pública de compra e venda. Acesse a íntegra do edital: <https://www.nogarileiloes.com.br/leilao/1453/lotas>. Informações (41) 99255-4592. Curitiba, 16 de abril de 2025. **JORGE FERLIN DALE NOGARI DOS SANTOS.** JUCEPAR 606/98.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL. JORGE FERLIN DALE NOGARI DOS SANTOS, Leiloeiro Oficial, Matrícula 606/98 (JUCEPAR), devidamente autorizado por **SCHABATURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.**, CNPJ/ME nº 79.597.639/0001-56, faz saber a todos que lerem o presente edital ou que dele tiverem conhecimento, que fará realizar leilões extrajudiciais, em atendimento aos procedimentos da **Lei Federal nº 9.514/1997** e alterações, de uma sala comercial, no dia **27 de maio de 2025, às 14 horas. 1º LEILÃO – Online e 2º LEILÃO – Online, dia 03 de junho de 2025, às 14 horas, através do endereço www.nogarileiloes.com.br.** Os leilões terão por objeto a alienação do imóvel objeto da matrícula nº 81.461 do 5º. Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba, PR, representado pelo escritório sob nº **717**, localizado no 7º pavimento do EDIFÍCIO COMERCIAL ACQUE VERDI, situado na Avenida República Argentina, 2275 e Rua João Geara n. 27, nesta cidade de Curitiba, PR, com área construída privativa de 38.1900m2, área construída de uso comum de 10.6496m2, área construída total de 48.8396m2, quota de terreno de 5.5378m2 e fração ideal de solo de 0,004310, indicação fiscal da unidade n. 63-019-049-111-6 do Cadastro Municipal. **Devedor fiduciante:** ELOISE PEREIRA CURY (CPF 007.545.379-78). **ÔNUS:** não há. **Lance mínimo 1º leilão: R\$ 316.971,87. Lance mínimo 2º leilão: R\$ 248.319,72.** Pagamento à vista no ato da arrematação, por meio de depósito em conta bancária vinculada ao Comitente. A comissão do leiloeiro é devida pelo percentual de 5% do preço acatado. Condições de entrega do bem: recebido o preço da arrematação, a comissão do leiloeiro e pagas as demais despesas previstas em edital, o bem será entregue ao arrematante nas condições em que se encontra, após a assinatura da escritura pública de compra e venda. Acesse a íntegra do edital: <https://www.nogarileiloes.com.br/leilao/1454/lotas>. Informações (41) 99255-4592. Curitiba, 16 de abril de 2025. **JORGE FERLIN DALE NOGARI DOS SANTOS.** JUCEPAR 606/98.

Colombo

Prefeitura Municipal
Secretaria da Administração

Aviso de Licitação

Edital – Pregão Eletrônico Nº 020/2025

Objeto: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários para operacionalizar a folha de pagamento da administração direta e indireta do Município de Colombo/PR.

Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 25 de ABRIL de 2025 até às 08:00 horas do dia 21 de MAIO de 2025.

Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 21 de MAIO de 2025. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (blcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Maior Lance.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 23 de abril de 2025.
Helder Luiz Lazarotto
Prefeito Municipal

conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas investidas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

g. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas investidas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizadas pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 10 – Contas a receber de clientes.

h. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas investidas.

(iii) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas investidas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, no exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Guindastes	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	5-10 anos
Móveis e utensílios	5-10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio
(i) Reconhecimento e mensuração
Ágio
O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
O reconhecimento do ágio nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos nas normas (i) CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; (ii) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (iii) CPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.
Softwares e demais intangíveis
Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
(ii) Gastos subsequentes
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.
(iii) Amortização
Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.
As vidas úteis estimadas dos intangíveis, no exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Softwares	5 anos
Outros intangíveis	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros
(i) Reconhecimento e mensuração inicial
As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas investidas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.
(ii) Classificação e mensuração subsequente
O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas investidas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.
Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.
A Companhia e suas investidas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas investidas consideram:
• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
• Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas investidas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.
Ativos financeiros – Classificação e Mensuração subsequente:
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de “valor justo por meio do resultado”.
Ativos financeiros
A Companhia e suas investidas classificaram os ativos financeiros nas categorias de Empréstimos e recebíveis, os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de “valor justo por meio do resultado”.
Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.
(iii) Desreconhecimento
Ativos financeiros
A Companhia e suas investidas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas investidas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas investidas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
Se a Companhia e suas investidas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
Passivos financeiros
A Companhia e suas investidas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas investidas também desreconhecem um passivo financeiro

quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas investidas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia e suas investidas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

k. Capital social – Ações ordinárias
Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

l. Redução ao valor recuperável (Impairment)
(i) Ativos financeiros não-derivativos
Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia e suas investidas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
• Ativos de contrato.
A Companhia e suas investidas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas investidas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas investidas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
A Companhia e suas investidas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.
A Companhia e suas investidas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:
• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas investidas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
• O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
A Companhia e suas investidas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.
• As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
• As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas investidas estão expostas ao risco de crédito.
Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas investidas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas investidas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.
Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia e suas investidas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
• quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
• reestruturação de um valor devido a Companhia e suas investidas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
• a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
• o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas investidas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas investidas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas investidas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas investidas para a recuperação dos valores devidos.
(ii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas investidas, que não os ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se as avaliações contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.
Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
m. Provisões
A provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas investidas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
n. Mensuração do valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas investidas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas investidas.
Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas investidas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.
Quando disponível, a Companhia e suas investidas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.
Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas investidas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.
Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas investidas mensuram valores com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.
A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas investidas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.
o. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024
A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.
8 Normas e interpretações ainda não efetivadas
Determinadas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.
As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.
A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.
Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.
O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.
O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A característica dos instrumentos patrimoniais da Companhia faz com que ela não seja elegível para aplicação do IFRS 19.
Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial
Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.
A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.
As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.
O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	1	1	24	101
Aplicações financeiras (i)	29.570	29.570	29.570	1.030
	1	1	29.594	1.131

(i) Em 2024, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI (taxa média de 97%). As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

9 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	2024	2023
Clientes nacionais	6.140	2.091
Partes relacionadas (veja nota 17)	611	-
	6.751	2.091

O prazo médio dos recebimentos dos clientes é de 15 dias. A Administração considerou as perdas de créditos esperadas e a medição de uma deterioração do risco de crédito que incorporam informações prospectivas. Com base nesta análise a Companhia julgou não ser necessário a constituição de uma provisão para perdas de crédito.

Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas (Consolidado)

	2024	2023
A vencer	5.605	1.963
Vencidos entre 1 e 90 dias	506	125
Vencidos entre 91 e 180 dias	29	3
	6.140	2.091

10 Imposto de renda e contribuição social
(i) Composição impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia e suas investidas registraram imposto de renda e contribuição social diferidos. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial, conforme apresentado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Ativo não circulante	6.315	5.110
Amortização da mais valia	5.110	6.315
IRPJ/CSLL diferidos s/ juros capitalizados	6.101	5.880
Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social	12.416	11.934
	10.930	10.480

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas investidas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas investidas, aprovadas pela Administração.
As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas investidas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas investidas.
(ii) Reconciliação da alíquota efetiva
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Resultado do exercício antes dos impostos	(1.620)	5.438
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	551	(1.849)
(Adições e exclusões e outros		
Resultado de equivalência patrimonial	(116)	1.815
Reversão IRCS s/ amortização da mais valia	24	24
Diferença de alíquota	91	231
Outros	24	(4)
	1.450	221
	154	(7.241)

Imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2024	2023
Corrente	459	(770)
Diferido	991	991
	1.450	221

Alíquota efetiva

	2024	2023
Alíquota efetiva	90%	(4%)
	48%	30%

11 Investimentos
(i) Composição dos saldos da controladora
Investimentos em controlada (equivalência patrimonial)

	2024	2023
Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.	30.900	28.325
Ágio – aquisição Rocha RS (i)	14.698	14.698
Mais valia, líquida – aquisição complementar Rocha RS (ii)	24.877	27.933
	70.475	70.956

(i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 60% da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A., em julho de 2013.
(ii) Refere-se à mais valia atribuídas aos ativos tangíveis (principalmente guindastes e equipamentos) e intangíveis (principalmente acordos de não-competição e contratos de arrendamento) reconhecidos como resultado da aquisição complementar de 40% da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. em outubro de 2019.
(iii) Informações da controlada

	Rocha RS	2023
Ativos circulantes	40.996	6.626
Ativos não circulantes	50.199	50.022
Passivos circulantes	12.590	19.442
Passivos não circulantes	47.705	8.901
Receitas líquidas do exercício	22.217	68.417
Custos e despesas do exercício	(69.642)	(60.162)
Resultado da investida no exercício	2.575	8.255
Capital social	2.895	2.895
Quantidade de quotas possuídas	2.895.000	2.895.000
Patrimônio líquido	30.900	28.325
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	30.900	28.325

(iii) Movimentação dos investimentos no exercício
Controladora

	Rocha RS
	2023
	2024

Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.816
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	70.475

Controladora	Rocha RS
Saldo em 31 de dezembro de 2022	91.210
Baixa por cisão parcial	(25.733)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	5.339
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.816

(i) A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras como redutor da equivalência patrimonial de seus investimentos a parcela correspondente a cada amortização de mais valia auferida no desdobramento do preço de aquisição de seus investimentos.

13 Imobilizado (Consolidado)
(i) Composição do saldo

	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Guindastes	47.789	(27.983)	19.806	13.056
Terrenos (i)	13.402	-	13.402	13.402
Edificações (ii)	6.348	(911)	5.437	5.421
Máquinas e equipamentos	5.107	(2.019)	3.088	2.579
Móveis e utensílios	722	(298)	424	356
Veículos	278	(126)	152	123
Benf. Imóveis de terceiros	5.791	(980)	4.811	4.880
Mais valia Rocha RS (iii)	7.042	(3.774)	3.268	3.409
	86.479	(36.091)	50.388	43.206

Movimentação do custo

	Movimentação em 2024				Saldo em 31/12/2024
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
3	36.874	10.915	-	-	47.789
Guindastes	13.402	-	-	-	13.402
Terrenos (i)	6.127	221	-	-	6.348
Edificações (ii)	4.220	947	(60)	-	5.107
Máquinas e equipamentos	551	171	-	-	722
Móveis e utensílios	279	161	(162)	-	278
Veículos	5.531	260	-	-	5.791
Benf. Imóveis de terceiros	7.042	-	-	-	7.042
Mais valia Rocha RS (iii)	74.026	12.675	(222)	-	86.479

	Movimentação em 2023				Saldo em 31/12/2023
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
3	28.520	8.354	-	-	36.874
Guindastes	13.402	-	-	-	13.402
Terrenos (i)	6.127	-	-	-	6.127
Edificações (ii)	3.899	321	-	-	4.220
Máquinas e equipamentos	448	106	(3)	-	551
Móveis e utensílios	331	-	(52)	-	279
Veículos	5.531	62	-	-	5.591
Benf. Imóveis de terceiros	7.042	-	-	-	7.042
Mais valia Rocha RS (iii)	65.238	8.843	(55)	-	74.026

Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2024				Saldo em 31/12/2024
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	
3	23.918	4.165	-	-	27.983
Guindastes	1.706	(208)	-	-	1.498
Edificações (ii)	(1.641)	(418)	40	-	(2.019)
Máquinas e equipamentos	(195)	(103)	-	-	(298)
Móveis e utensílios	(156)	(40)	70	-	(126)
Veículos	(365)	(306)	-	-	(671)
Benf. Imóveis de terceiros	(671)	(309)	-	-	(980)
Mais valia Rocha RS (iii)	(3.633)	(141)	-	-	(3.774)
	(30.820)	(5.381)	110	-	(36.091)

	Movimentação em 2023				Saldo em 31/12/2023
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	
3	21.182	2.636	-	-	23.818
Guindastes	(501)	(205)	-	-	(706)
Edificações (ii)	(1.281)	(360)	-	-	(1.641)
Máquinas e equipamentos	(115)	(83)	3	-	(195)
Móveis e utensílios	(156)	(52)	52	-	(156)
Veículos	(365)	(306)	-	-	(671)
Benf. Imóveis de terceiros	(3.492)	(141)	-	-	(3.633)
Mais valia Rocha RS (iii)	(27.092)	(3.783)	55	-	(30.820)

(i) Em 2021, a controlada Rocha RS adquiriu um imóvel com benfeitorias e iniciou no 1º trimestre de 2022 as operações de armazenagens de grãos.

(ii) Inclui juros capitalizados entre 2021 e 2022 no montante de R\$ 979.

(iii) Refere-se à alocação contábil de parte do valor pago pela Companhia para aquisição de 100,00% das ações da Rocha RS.

Revisão das vidas úteis
 As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC - 7 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas investidas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos
 Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias
 Os guindastes foram dados em garantias pela Companhia Rocha RS nos contratos de empréstimos em aberto firmados com as instituições financeiras.

14 Intangível (Consolidado)
Composição do saldo

	2024		2023	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição da subsidiária (i)	14.698	-	14.698	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	(14.173)	21.608	24.383
Softwares e sistemas	395	(118)	277	151
Outros intangíveis	50.883	(14.291)	36.592	39.241

(i) Movimentação do custo

	Movimentação em 2024				Saldo em 31/12/2024
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Ágio na aquisição da subsidiária (i)	14.698	-	-	-	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	-	-	-	35.781
Softwares e sistemas	213	182	-	-	395
Outros intangíveis	50.701	182	-	-	50.883

	Movimentação em 2023				Saldo em 31/12/2023
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Ágio na aquisição da subsidiária (i)	14.698	-	-	-	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	-	-	-	35.781
Softwares e sistemas	172	41	-	-	213
Outros intangíveis	50.660	41	-	-	50.701

(ii) Movimentação da amortização

	Movimentação em 2024				Saldo em 31/12/2024
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	(11.398)	(2.775)	-	-	(14.173)
Softwares e sistemas	(62)	(56)	-	-	(118)
	(11.460)	(2.831)	-	-	(14.291)

	Movimentação em 2023				Saldo em 31/12/2023
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	(8.623)	(2.775)	-	-	(11.398)
Softwares e sistemas	(24)	(38)	-	-	(62)
	(8.647)	(2.813)	-	-	(11.460)

(i) Refere-se ao ágio e mais valias reconhecidos quando da aquisição do controle da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A., em julho de 2013.

(ii) Refere-se ao ágio e mais valias reconhecidos quando da aquisição do controle da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.

Ativos com vida útil definida
 A Companhia e suas investidas avaliam anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (impairment) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida
 Os ativos com vida útil indefinida da Companhia e suas investidas são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (impairment) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes. Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

Os ágios mantidos pela Companhia e suas investidas estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	2024	2023
Rocha RS (veja notas explicativas 14 e 21.c)	51.874	51.874

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a UGC para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 8,5% e de descontos antes dos impostos foi de 12,9%.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais (i)	527	430	5.173	9.476
Partes relacionadas (veja nota 17)	527	430	5.404	9.629

b. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar por aquisição (ii)	22.362	20.990	22.362	20.990
	22.362	20.990	22.362	20.990

(i) Refere-se, principalmente, a contratação de serviços, tais como OGMO, tarifas portuárias, fretes, locações de equipamentos, entre outros

(ii) Refere-se substancialmente, ao saldo remanescente do valor parcelado na aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS. O saldo remanescente compreende a 4ª e última parcela fixa no montante de R\$ 13.750 cada, indexadas ao IGPM, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 22.362 (R\$ 20.990 em 2023), com vencimento previsto para outubro de 2023. Entretanto, conforme termos do SPA firmado em 19 de outubro de 2019 para a aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS, a 4ª e última parcela teve seu pagamento suspenso em decorrência de procedimento arbitral instaurado. Ainda em decorrência dos termos do SPA firmado em 19 de outubro de 2019 para a aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS, em 2022 a 3ª parcela foi paga em Escrow Account.

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

(i) Composição do saldo

Moeda	Natureza	Taxa	2024		2023	
			Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Real	Capital de Giro MHC (a)	CDI + 2,97% a.a.	928	2.042	928	2.042

(a) Em outubro de 2020 a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro com o Banco Santander, cujo montante total captado foi de R\$ 3.990, com amortização em 43 parcelas mensais, vencendo a primeira em abril de 2022, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,97% a.a.

(ii) Movimentação no exercício

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Saldo no início do exercício	2.042	97.544	205	2.608
Juros e correções incorridos - despesa	-	(1.114)	-	(2.988)
Pagamentos de principal	(111)	(205)	-	(7.622)
Emprestimos e financiamentos cindidos	928	(67.500)	928	2.042

Cláusulas contratuais restritivas "covenants"

Em 31 de dezembro de 2024 os contratos de empréstimos firmados com as respectivas instituições financeiras possuem cláusulas contratuais restritivas relacionadas a covenants financeiros, onde a relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderia ser superior a 3,5x. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderia declarar vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais restritivas (covenants) estabelecidas.

Garantias

Os contratos de empréstimos firmados pela investida em aberto possuem bens (guindastes) dados em garantia.

17 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da Administração (consolidado)

O pessoal chave da Administração é composto pela Diretoria, eleita pelos acionistas. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 1.619 (R\$ 2.050 em 2023). A Companhia e suas investidas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.	-	-	231	1.549
Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.	-	-	296	296
	-	-	527	1.845

Saldo por natureza

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Passivo circulante	-	-	527	430
Fornecedores (vide nota explicativa 15.a)	-	-	-	1.415
Dividendos a pagar	-	-	-	1.415
Dividendos a pagar	-	-	-	527

Passivo não circulante

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Contas a receber de clientes (i) (vide nota explicativa 10)	611	-	-	-
Mútuo entre partes relacionadas	-	1.360	-	-
Passivo circulante	-	-	231	151
Fornecedores (vide nota explicativa 15.a)	-	-	-	1.415
Dividendos a pagar	-	-	-	1.415
Mútuo entre partes relacionadas (ii)	-	-	41.695	-
	611	1.360	41.926	1.566

Depósitos judiciais

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
ISS	232	-	232	-
PIS e COFINS	197	-	197	-
Outros	198	-	198	-
	627	-	627	-

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Saldo por natureza

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Contas a receber de clientes (i) (vide nota explicativa 10)	611	-	-	-
Mútuo entre partes relacionadas	-	1.360	-	-
Passivo circulante	-	-		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Rio Bacacheri Participações S.A. Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Bacacheri Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2025.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Guilherme Bento Radominski
Contador CRC PR-072661/O

AS PUBLICAÇÕES LEGAIS NOS JORNAIS SÃO DATADAS E AUTENTICADAS, SEM MARGEM PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR DO CONTEÚDO DIVULGADO.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.



LUZ



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2024

Relatório da Administração - 2024

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - CoceL submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social e da Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos auditores independentes, dos Conselhos Fiscal e de Administração, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia - CoceL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 - ANEEL.

CARTA DO PRESIDENTE

A CoceL consolidou em 2024 os resultados do trabalho realizado nos anos anteriores, com as mudanças na gestão que possibilitaram o encerramento do contrato de compra de energia com a Copel e a compra de energia no mercado livre. Pelo segundo ano consecutivo, os consumidores campo-larguenses pagaram a menor tarifa de todo o país.

Além de garantir a menor tarifa, a Companhia buscou garantir o melhor atendimento possível aos consumidores - foram inúmeras as ocorrências emergenciais após temporais cada vez mais intensos. Capacitação das equipes, intensificação da manutenção preventiva e melhorias nos processos de encaminhamento dos serviços foram algumas das ações voltadas à busca pela qualidade e agilidade dos atendimentos.

A CoceL trabalha para estar sempre atualizada e apta a atender as expectativas dos consumidores e para contribuir com o crescimento de Campo Largo e com a melhoria da qualidade de vida dos campo-larguenses.

Cordialmente,

Rafael Rogisk
Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão: Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Visão: Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

Política da Qualidade: Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/10.002)

Organização e Gestão: A Companhia Campolarguense de Energia - CoceL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a CoceL renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica por 30 anos, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados a partir de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2024	2023
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A CoceL tem como contratada a empresa Bazzaneze Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abraçagem da área de concessão: A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 136.327 habitantes (conforme censo demográfico do IBGE realizado em 2022) e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores: Comparando os números do ano 2023 e 2024 - houve um aumento pequeno em relação ao ano anterior, porém ressaltamos que ocorreu também uma redução do número de funcionários no decorrer do ano de 2024 em decorrência da terceirização e remanejamento dos funcionários com experiência, impactando diretamente no volume final.

Ocorreu um aumento de 2,32% no número total de atendimentos, sendo 16,7% no presencial, 58,8% pelos canais da agência virtual, 6,5% nos outros canais e uma redução de 17,8% nos atendimentos telefônicos.

Considerando o fato de que ocorreu um aumento no número de atendimentos é possível perceber a migração dos canais telefônicos para os demais canais de atendimentos.

A CoceL disponibiliza os seguintes canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teletendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (atendimento 24 horas todos os dias da semana);
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: atendimento@cocel.com.br - serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 - serviço disponível 24 horas por dia.
- WhatsApp - (41) 99123-2121

O sistema de treinamento da companhia para os atendentes tem como objetivo buscar a atualização constante e acompanhamento contínuo, oferecendo suporte do gestor da área aos atendentes e consumidores da companhia.

TOTAL DE ATENDIMENTOS				
Canais de Origem	2023	2024	Crescimento 2023/2024 (%)	Em relação ao total (%)
Telefônico	78.804	68.257	-13,38	17,8
Presencial	58.485	64.227	9,82	16,7
Agência virtual	217.428	225.866	3,88	58,9
Outros	20.046	25.099	25,21	6,5
Total	374.763	383.449	2,32	

Agentes arrecadadores: A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 12 agentes arrecadadores conveniados e contratados, como lotéricas e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município. Desde 2023 os consumidores da CoceL têm também a opção de realizar o pagamento das faturas também por pix. Enquanto o pagamento realizado em outros agentes arrecadadores pode demorar até dois dias úteis para ser compensado para a concessionária, com o pix a compensação ocorre em poucos minutos. O QR Code para pagamento por pix está disponível em todas as faturas da CoceL.

Ouvidoria: A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de

comunicação entre a concessionária e a ANEEL. Em 2024 a Ouvidoria tratou 109 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e reclamações. Foi reconhecida como uma das melhores Ouvidorias do país, recebendo o troféu de segundo lugar no Prêmio ANEEL de Ouvidoria. A Ouvidoria é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade - tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 1000/2021.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Número de consumidores: O ano de 2024 encerrou com o total de 58.721 unidades consumidoras, representando crescimento de 1,75% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 89,99% do número total de consumidores.

Classe de consumo	2024	2023	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	52.782	51.836	1,82	89,89
Industrial	331	322	2,80	0,56
Comercial	3.536	3.467	1,99	6,02
Rural	1.622	1.651	(1,76)	2,76
Poder Público	384	367	4,63	0,65
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	62	65	(4,62)	0,11
Consumo Próprio	3	3	-	0,01
TOTAL	58.721	57.712	1,75	100,00

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica - faturada (R\$):

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um acréscimo de 2,21%, passando de R\$ 141.461.991,57 em 2023 para R\$ 144.597.945,01 em 2024, reflexo do aumento de 1,75% no número total de consumidores.

	2024	2023	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	79.277	72.914	8,73	54,83
Industrial	18.905	23.151	(18,34)	13,07
Comercial	28.509	28.214	1,05	19,72
Rural	4.395	4.325	1,62	3,04
Poder Público	3.193	2.898	10,18	2,21
Iluminação Pública	5.259	5.119	2,73	3,64
Serviço Público	5.060	4.841	4,52	3,50
TOTAL	144.598	141.462	2,21	100,00

Disponibilização do Sistema de Distribuição - TUSD - Consumidores Livres (R\$ mil):

Consumidores	2024	2023	Varição (%)
Industrial	19.572	22.068	(11,31)
Comercial	12.219	11.998	1,84
Serviço Público	57	-	-
Cobrança ICMS Substituição Tributária	7.609	6.081	25,13
TOTAL	39.457	40.147	(1,72)

Mercado de Energia Vendida (MWh):

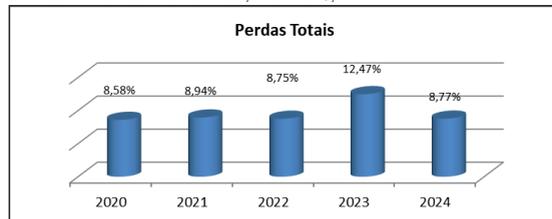
Classe	2024	2023	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	111.228	103.899	7,05	30,39
Industrial	30.537	36.138	(15,50)	8,34
Comercial	39.968	39.621	0,88	10,92
Rural	6.541	6.611	(1,06)	1,79
Poder Público	4.460	4.004	11,39	1,22
Iluminação Pública	12.645	12.553	0,73	3,45
Serviço Público	8.499	7.655	11,03	2,32
Consumo Próprio	133	136	(2,21)	0,04
Total Consumidores Cativos	214.011	210.617	1,61	-
Industrial - Livres	97.967	92.882	5,47	26,77
Comercial - Livres	53.782	46.665	15,25	14,69
Serviços Públicos - Livres	244	-	-	0,07
Total Consumidores Livres	151.993	139.547	8,92	-
TOTAL	366.004	350.164	4,52	100,0

A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2024 adquirida através de leilão e de cotas reguladas pelo agente regulador - (ANEEL), apresentou um acréscimo de 1,61%, passando de 210.617 MWh em 2023 para 214.011 MWh em 2024.

O consumo de energia dos consumidores livres foi de 151.993 MWh em 2024, enquanto em 2023 foi de 139.547 MWh.

A geração distribuída, energia gerada pelos consumidores, atingiu 7.223 MWh em 2024, contra 5.974 MWh em 2023.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 8,77%.



Tarifa média: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluídos os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em dezembro de 2024, R\$ 497,13/MWh, representando um decréscimo de 2,43% em relação a dezembro de 2023.

Tarifa Média em R\$/MWh			
Classe	Dez/2024	Dez/2023	
Residencial	530,89	536,93	
Industrial	459,65	491,55	
Comercial	494,98	514,96	
Rural	478,12	487,22	
Poder Público	521,00	565,21	
Iluminação Pública	320,07	318,49	
Serviço Público	465,77	497,16	
Tarifa Média	497,13	509,50	

Inadimplência: Valores a receber de consumidores incluindo outras cobranças além da energia consumida.

Classes	Saldo em 31/12/2024						Total
	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	
Residencial	3.229	2.443	443	65	100	1.066	7.567
Industrial	972	363	65	324	3	240	2.522
Comercial	1.280	536	78	7	33	332	2.532
Rural	122	61	21	1	3	12	246
Poder público	201	41	-	-	-	-	280
Iluminação Pública	369	-	-	-	-	-	377
Serviço Público	380	12	-	-	-	-	405
Industrial - Cons. Livres	-	-	-	-	-	-	-
Comercial - Cons. Livres	-	-	-	-	-	-	-
Soma	6.553	3.456	607	397	139	1.651	13.929

Revisão Tarifária Periódica - 2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2887 de 22/06/2021.

As tarifas de aplicação da CoceL, constantes da Resolução Homologatória nº 2.706, de 23 de junho de 2020, ficam, em média, reajustadas em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 14,08%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 8,52% em média para os consumidores conectados em baixa tensão (BT).

Reajuste tarifário anual - 2022

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.052 de 28/06/2022.

As tarifas de aplicação da CoceL, constantes da Resolução Homologatória nº 2.887, de 22 de junho de 2021, alterada pela Resolução Homologatória nº 3.009, de 1º de fevereiro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 10,59% (dez vírgula cinquenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 23,15%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 2,04% em média para os consumidores conectados em baixa tensão (BT).

Reajuste tarifário anual - 2023

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.211 de 27/06/2023.

As tarifas de aplicação da CoceL, constantes da Resolução Homologatória nº 3052, de 28 de junho de 2022, ficam, em média, reajustadas em -3,89% (menos três vírgula oitenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -5,72%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 3,70% em média para os consumidores conectados em baixa tensão (BT).

Reajuste tarifário anual - 2024

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.337 de 25/06/2024.

As tarifas de aplicação da CoceL, constantes da Resolução Homologatória nº 3.211, de 27 de junho de 2023, ficam, em média, reajustadas em -8,72% (menos oito vírgula setenta e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -14,42%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de -10,35% em média para os consumidores conectados em baixa tensão (BT).

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Qualidade Técnica do Fornecimento:

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) Módulo COD, que permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema elétrico, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ou direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e do FEC é medido no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2020	2021	2022	2023	2024
DEC - Conjunto CL - valor apurado	5,62	5,23	5,40	7,14	5,28
DEC - Conjunto CL - limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC - Conjunto DCL - valor apurado	9,64	8,41	10,22	14,65	11,06
DEC - Conjunto DCL - limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC - Conjunto CL - valor apurado	5,96	5,51	3,81	6,52	4,26
FEC - Conjunto CL - limite	7,00	7,00	7,00	7,00	6,00
FEC - Conjunto DCL - valor apurado	7,11	7,21	5,86	7,90	6,46
FEC - Conjunto DCL - limite	8,00	8,00	8,00	8,00	7,00

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2024 a CoceL aplicou parcela significativa de seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ mil)	2024	2023
Obras de distribuição	4.594	7.939
Veículos	1.371	-
Outros investimentos	383	620
Total dos Investimentos	6.348	8.559

Origens dos recursos (em R\$ mil)	2024	2023
Recursos próprios	5.288	7.706
Clientes - participação financeira	1.060	853
Total dos recursos	6.348	8.559

Sistema de distribuição - 12/2024	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição - Baixa Tensão (Km)	651	145	796
Redes de Distribuição - Média Tensão (Km)	760	975	1.735
Postes - unidades	23.566	12.173	35.739
Transformadores - unidades	2.687	2.149	4.836
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	128.042	29.418	157.460

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021. Proporciona descontos nas faturas de energia



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2024

da eficiência energética, destinando parte de sua receita operacional líquida para projetos que impulsionam o uso racional da energia. Essas iniciativas, que incluem a modernização de sistemas elétricos e a conscientização dos consumidores, resultam em benefícios como a redução do consumo, a diminuição dos custos e a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, a obrigatoriedade de realizar projetos de eficiência energética é uma estratégia para incentivar as distribuidoras a investirem em práticas sustentáveis e a contribuírem para a redução do consumo de energia no país. Isso não apenas beneficia o meio ambiente, mas também promove a segurança no abastecimento de energia e pode resultar em economias para os consumidores.

Em 2024 a Cotel tornou a Unidade de Pronto Atendimento Dr. Atílio de Almeida Barbosa Junior (UPA 24h) autossuficiente em energia elétrica. Foram instalados 200 painéis fotovoltaicos, com capacidade de gerar até 145 mil quilowatts-hora (kWh) de energia limpa e sustentável por ano. Além de suprir toda a energia utilizada pela UPA, a energia excedente gerada ainda poderá ser compartilhada com outras unidades de saúde do município. A maior parte dos equipamentos utilizados pela UPA já era eficiente, mas aqueles que não possuíam o Selo Procel foram substituídos pela Cotel. Com a substituição de lâmpadas, refrigeradores e condicionares de ar por modelos mais eficientes, a economia no consumo de energia será ainda maior. Com a geração de energia limpa e troca de equipamentos, a economia prevista é de 173 mil kWh por ano.



A Cotel participou também da Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE) 2024, este evento é voltado aos alunos e professores dos oitavos e nonos anos de escolas públicas e particulares, que participam de atividades e desafios com o tema "eficiência energética". A competição visa engajar estudantes em atividades que promovam a eficiência energética e a sustentabilidade, além de incentivar a educação sobre o consumo consciente de energia. A ONEE é uma realização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Instituto ABRADDEE, com recursos do programa de Eficiência Energética (PEE) e com o apoio das distribuidoras de energia. Na primeira fase os alunos participaram de desafios em forma de jogos com o tema da Olimpíada, e na segunda fase os estudantes precisaram responder questões objetivas. Os estudantes campo-larguenses conquistaram um excelente resultado, foram 38 medalhistas: doze de ouro, quatorze de prata e doze de bronze, entre os medalhistas campo-larguenses, 29 foram alunos da rede pública e 9 da rede privada. Antes das provas foram realizadas "blitz educativas" em dez colégios do município, divulgando a Olimpíada e compartilhando informações relacionadas ao consumo eficiente, diferentes fontes utilizadas para geração e combate ao desperdício de energia.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Em 2021 foi contratado, pelo período de 36 meses, o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) para realização de um projeto de P&D cujo título é "Técnicas de Data Analytics aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência". Os transformadores de potência são elementos chave na conexão de subestações de energia elétrica (SE) com o sistema elétrico de potência, além disso, por se tratar de um dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de vital importância para manutenção da confiabilidade da operação das SE. O sistema implementado é capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, hotspot, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Utilizando Técnicas de Data Analytics, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor, o sistema de gestão dos ativos é capaz de emitir saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 145.039.331,55 em 2024 contra R\$ 141.485.993,89 em 2023, representando um acréscimo de 2,51%, reflexo do aumento no número total de consumidores no ano de 2024.

Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 60 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2024 foi faturado o montante de R\$ 31.848.160,60 contra o valor de R\$ 34.066.164,92 em 2023. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2024 foi cobrado o valor de R\$ 7.608.879,90 e em 2023 o valor de R\$ 6.081.041,41, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros - trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 11.537.780,00, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres). Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e Rural de Irrigação e Eletrificação, Subvenção sobre redução na tarifa e Subsídio CCEE. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE conforme disposto nos termos do inciso VIII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 7.983.898,50 em 2024.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 147.489.847,80 em 2024, contra R\$ 130.010.920,93 em 2023. Um percentual de 63,02% em 2024 e de 62,31% em 2023, sobre a Receita Operacional Bruta.

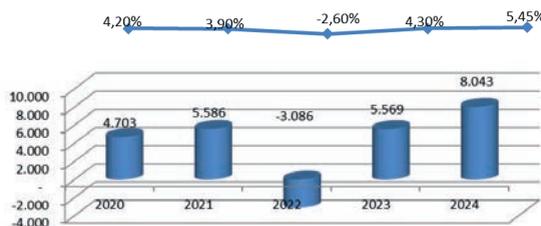
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2024 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 52.292.054,60 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 35,45%. Em 2023 foi de R\$ 45.083.800,65 e o percentual de 34,68%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2024 com o montante de R\$ 48.717.837,59 e a variação de 33,03% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2023 encerrou com o valor de R\$ 43.547.839,40 e variação de 33,50% sobre a ROL e variação de 11,87% (comparando 2024 com 2023).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizaram 8.043.688,89, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2024	2023
Resultado das Atividades	3.574	1.536
Depreciação e Amortização	4.469	4.033
Lajida/Ebitda	8.043	5.569
Receita Operacional Líquida	147.490	130.011
Margem do Ebitda / ROL	5,45%	4,29%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2024	2023
Liquidez imediata	Disponível / Passivo Circulante	R\$ 0,03	R\$ 0,09
Liquidez corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	R\$ 0,88	R\$ 1,00
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P. / Passivo Circ. + Exigível L.P.	R\$ 1,01	R\$ 0,98
Endividamento Total	Exigibilidades totais / Ativo Total	R\$ 0,67	R\$ 0,70
Retorno do Capital	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	3,64%	4,61%
Razão Operacional	Despesa Operacional / Receita Líquida	0,98	0,99
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente / Ativo Total	0,32	0,31
Desp. Pessoal/Rec. Líquida	Despesa Pessoal / Receita Líquida	15,11%	15,8%
Energia Comprada/Rec. Líquida	Custo Energia / Receita Líquida	64,55%	65,3%
Capital de Giro	Ativo Circulante - Passivo Circulante	R\$ (7.031.638)	R\$ 260.379
Lucro/Prejuízo Líquido	-	R\$ 2.283.379	R\$ 2.903.619
EBITDA	Resultado da atividade + Depreciação	R\$ 8.043.689	R\$ 5.569.166

BALANÇO SOCIAL

1) Base de Cálculo	2024			2023		
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita Líquida	147.490			130.011		
Lucro Operacional	2.283			2.903		
Folha de Pagamento Bruta	20.126			18.397		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.779	8,84%	1,21%	1.873	10,2%	1,5%
Encargos Sociais sem diretoria	4.879	24,24%	3,31%	4.803	26,1%	3,7%
Previdência privada	63	0,31%	0,04%	64	0,3%	0,1%
Saúde	1.223	6,08%	0,83%	1.155	6,3%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	235	1,17%	0,16%	345	1,9%	0,3%
Educação	45	0,22%	0,03%	72	0,4%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	51	0,25%	0,03%	51	0,3%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	542	3,0%	0,4%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos	8.275	41,12%	5,61%	8.905	48,4%	3,8%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa "Luz Para Todos"	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	88.841	-	60,24%	79.445	-	61,1%
Total - Indicadores Sociais Externos	97.116	-	65,85%	88.350	-	68,0%

4) Indicadores do Corpo Funcional	2024		2023	
	N.º de empregados	N.º de empregados	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	91	91	109	109
N.º de empregados terceirizados	78	78	66	66
Escolaridade dos empregados:				
Superior e extensão universitária	50	50	53	53
2º Grau	38	38	48	48
1º Grau	3	3	8	8
Faixa Etária dos empregados				
Abaixo de 30 anos	0	0	2	2
De 30 até 45 anos (inclusive)	49	49	54	54
Acima de 45 anos	42	42	53	53
Admissões durante o período	-	-	-	-
Demissões durante o período	18	18	3	3
N.º de mulheres que trabalham na empresa	22	22	24	24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,4%	21,4%	33,3%	33,3%
Estagiários	4	4	4	4
Menor Aprendiz	4	4	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			2023		
	Relação entre a maior e a menor remuneração	2024	2023	Relação entre a maior e a menor remuneração	2024	2023
Nº total de acidentes de trabalho	5,2	5	6,1	3	3	3
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

A Cotel agradece aos seus acionistas, em especial à colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2024.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2024.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/ Financeiro

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Odair Sales
Contador CRC/PR 056806/O-9



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2024

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

ATIVO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	1.636	5.201
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	-	-
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	18.426	19.469
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.204	1.163
Serviços em curso (Nota 5.4)	2.810	1.581
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	700	260
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.565	1.641
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	59	2.807
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	16.411	22.838
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	8.049	6.241
	51.859	61.202
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	734	1.394
Depósitos judiciais	69	170
Investimentos temporários (Nota 5.11)	274	362
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	6.094	3.777
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	71.028	71.028
	78.199	76.731
Investimentos	1	1
Intangível em serviço (Nota 5.13)	53.412	52.614
Intangível em curso (Nota 5.13)	7.488	10.334
	60.900	62.949
TOTAL DO ATIVO	190.959	200.882

PASSIVO	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	10.392	9.716
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	7.385	10.787
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.371	2.744
Tributos (Nota 5.19)	10.714	8.036
Provisão para litígios (Nota 5.20)	-	-
Dividendos e Uros sobre o Capital Próprio	5.241	5.248
Encargos setoriais (Nota 5.21)	5.216	4.800
Passivos regulatórios (Nota 5.8)	13.792	17.341
Outros passivos circulantes (Nota 5.22)	3.779	2.270
	58.891	60.942
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	11.978	5.345
Outros Passivos não circulantes (Nota 5.8)	57.416	74.204
	69.394	79.549
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.23)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	12.674	10.391
	62.674	60.391
TOTAL DO PASSIVO	190.959	200.882

patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros não-derivativos E os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 5.12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda esperada

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

3.5. Normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas

Os principais normativos alterados, emitidos em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, estão abaixo elencados:

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr. Financeiros	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 7/CPC 40: Instr. Financeiros-Evidenciação		
IAS 39/CPC 38: Instr. Financeiros-Reconhecimento e Mensuração		
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros		
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que não entraram em vigor até a data da emissão das demonstrações da Coel, estão descritas acima. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3.6. Nota de reclassificação: Reclassificados para o exercício 2023, o valor da devolução de créditos do Cofins/Pasep para contas de Ativos Regulatórios, (nota 5.8) no valor de R\$ 13.844 milhões no curto prazo e 71.028 milhões no longo prazo. O valor se refere a devoluções tarifárias. Esta reclassificação não teve efeito sobre o patrimônio social, conforme demonstrado abaixo:

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Receita Operacional (Nota 5.27)		
Fornecimento de Energia Elétrica	145.039	141.486
Disponibilização do Sistema de Distribuição	39.457	40.147
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	20.397	(3.352)
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	11.538	14.999
Receita de Construção	9.225	7.419
Outras Receitas	8.370	7.963
	234.027	208.661
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.28)		
ICMS	(40.629)	(35.245)
Cofins / Pasep	(14.453)	(15.018)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(28.493)	(26.451)
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(137)	(128)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.288)	(1.155)
Outros encargos	(1.536)	(653)
	(86.537)	(78.650)
Receita Operacional Líquida	147.490	130.011
Custos Não Gerenciáveis - Parcela A " (Nota 5.29)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(50.630)	(45.943)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(44.568)	(38.984)
	(95.198)	(84.927)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	52.292	45.084
Custos Gerenciáveis - Parcela B " (Nota 5.30)		
Pessoal e Administradores	(22.292)	(20.507)
Material	(1.722)	(1.756)
Serviços de Terceiros	(9.965)	(8.469)
Depreciação e Amortização	(4.469)	(4.033)
Custo com Construção	(9.225)	(7.419)
Outras Despesas Operacionais	(1.045)	(1.364)
	(48.718)	(43.548)
Resultado da Atividade	3.574	1.536
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(5.986)	(7.490)
Receitas Financeiras	7.000	9.309
	1.013	1.819
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	4.588	3.355
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(2.305)	(795)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	2.283	2.560
Participações nos Lucros	-	(606)
Reversão dos Uros Sobre o Capital Próprio	-	950
Lucro Líquido do Exercício	2.283	2.904
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	4,57	5,81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.000	3.548	4.889	-	58.437
Aumento do Capital Social					
Lucro Líquido de Exercício				2.904	2.904
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)				(145)	
- Reserva Legal		145			
- Reserva de Retenção do Lucro			1.809	(1.809)	
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)				(950)	(950)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50.000	3.693	6.698	-	60.391
Aumento do Capital Social					
Lucro Líquido de Exercício				2.283	2.283
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)				-	
- Reserva Legal		114		(114)	
- Reserva de Retenção do Lucro			2.169	(2.169)	
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)				-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	50.000	3.808	8.867	-	62.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - Coel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,61% do seu Capital Social. Sua atividade principal é a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km². Até maio de 2019 a Coel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener e Eletra.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - Coel detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica - Aneel. A Coel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015. O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br>

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

3.1. Declaração De conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2024

ATIVO	Saldos em dezembro de 2023		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	14.104	(13.844)	260
Ativos regulatórios	8.995	13.844	22.839
Subtotal	23.099	-	23.099
NÃO CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	72.422	(71.028)	1.394
Ativo Regulatórios	0	71.028	71.028
Subtotal	72.422	-	72.422

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:
 ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
 ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
 O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

4.8. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.9. Ativo indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- ✓ Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- ✓ Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/ vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou de melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos intangíveis

Contratos de concessão

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.12. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.13. Demonstração de Resultados Abrangentes

A Cotel não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.14. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho. Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2024	2023
Caixa	1	5
Contas bancárias a vista	1.224	2.214
Numerários em trânsito	411	470
Total	1.636	2.689

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2024 encerrou sem saldo em aplicações financeiras em dezembro/2024.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissórios.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2024	2023
Fornecimento faturado	10.964	12.496
Fornecimento não faturado	7.662	7.221
Outras cobranças de consumidores	1.242	1.061
(-) Provisão p/ Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.442)	(1.309)
Total	18.426	19.469

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldo vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2024	2023
Consumidores					
Residencial	2.834	2.432	814	6.080	6.371
Industrial	956	394	442	1.792	2.335
Comercial	1.233	569	272	2.074	2.347
Rural	134	81	14	229	264
Poder Público	195	37	1	233	264
Iluminação Pública	373	-	-	373	382
Serviço Público	374	25	-	400	399
Serviço taxado e outras	235	303	250	788	961
Não faturado	7.662	-	-	7.662	7.221
Participação Financeira	163	-	-	163	134
Governo do Paraná – Luz Fraterna	75	-	-	75	100
Sub total	14.234	3.841	1.793	19.867	20.778
(-) Crédito liq. Duvidosa	(1.442)	-	-	(1.442)	(1.309)
Total Consumidores	12.792	3.841	1.793	18.426	19.469

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2024	2023
Serviços em redes elétricas	141	130
Programa de Eficiência Energética	381	55
Programa de Pesquisa & Desenvolvimento	1.677	1.124
Manutenção de Iluminação Pública	580	240
Outras ordens em curso	31	32
Total	2.810	1.581

5.5. Tributos compensáveis

	2024	2023
ICMS a compensar Curto Prazo	555	115
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	11	11
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	8	8
Outros	126	126
Total	700	260

5.6. Almoxarifado operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.565, (R\$ 1.641 em 31 de dezembro de 2023), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 59.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

• **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

• **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Cotel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

Composição	CVA 2024			CVA 2023		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	2.982	2.182	800	-	4.350	(4.350)
Proinfa	16	71	(55)	22	140	(118)
Conta de Desenv. Energético – CDE	144	470	(326)	171	-	171
Transporte de Energia Rede Básica	3	217	(214)	-	156	(156)
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	275	21	254	613	-	613
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS	1.028	12	1.016	1.300	30	1.270
Neutralidade Parcela A	-	1.898	(1.898)	262	305	(43)
Sobrecontratação de Energia	2.344	0	2.344	1.317	443	874
Diferimentos de Reposição Tarifária	2.904	395	2.509	3.482	419	3.063
Majoração alíquotas Cofins/ Pasep	3.946	7.868	(3.922)	13.844	10.482	3.362
Devoluções tarifárias	2.769	658	2.111	1.828	1.016	812
Total	16.411	13.792	2.619	22.838	17.341	5.498

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
Ativos regulatórios em recuperação	10.922	19.859	71.028	71.028
Ativos regulatórios em formação	5.489	2.979	-	-
Total do Ativo	16.411	22.838	71.028	71.028
Passivo				
Passivos regulatórios em recuperação	12.906	12.598	-	-
Passivos regulatórios em formação	886	4.744	-	-
Total do Passivo	13.792	17.342	-	-
Líquido	2.619	5.496	71.028	71.028

Os valores do item "Devoluções tarifárias" são referentes a créditos de Pis/ Pasep/Cofins, que estão sendo devolvidos aos consumidores, decorrent



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2024

Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762584/2022-34 houve a habilitação no valor de R\$ 74.531 com atualização até junho/2022, totalizando o montante de R\$ 91.368.

Tais valores foram contabilizados no ativo em contrapartida do passivo circulante e não circulante, em razão de que no âmbito regulatório o tema foi motivo de intervenção da ANEEL visto que a mesma considerou que os valores, resultado do sucesso da ação, devem ser devolvidos ao consumidor. Nesse sentido, em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei 14.385/22 que alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabeleceu a devolução dos referidos impostos aos consumidores.

5.9. Outros Ativos Circulantes	2024	2023
Créditos a receber – empregados	174	148
Títulos de créditos a receber – Consumidores	269	493
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsídio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	-	3
- Subsídio Carga Fonte Incentivada – CL	2.818	3.249
- Subvenção CDE ref. tarifas reduzidas	-	382
- Bônus s/redução voluntária consumidor	-	-
- Subsídio SCEE (Geração distribuída)	432	407
- Subsídios Baixa Renda – Eletrobrás	196	264
Compartilhamento da infraestrutura a receber	1.477	1.181
Cauções e depósitos vinculados	2.480	-
Outros ativos a receber	203	114
Total	8.049	6.241

ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.10. Tributos compensáveis	2024	2023
ICMS a compensar	734	1.394
Total	734	1.394

Nota de reclassificação Reclassificados para o exercício 2023, o valor da devolução de créditos do Cofins/Pasep para contas de Ativos Regulatórios, (nota 5.8).

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado. Outros investimentos temporários somam R\$ 78 mil.

5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2024	2023
Ativo financeiro	6.094	3.777
Total	6.094	3.777

5.13. Intangível

	2024		2023	
	Intangível	Ativo financeiro	Líquido	Líquido
Intangível	982	(3)	979	225
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	781	(132)	649	689
Máquinas e Equipamentos	63.516	(4.739)	58.777	59.038
Veículos	1.933	-	1.933	983
Móveis e Utensílios	309	-	309	324
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(9.235)	-	(9.235)	(8.644)
	59.506	(6.094)	53.412	52.615
Intangível em Curso	7.488	-	7.488	10.334
	66.994	(6.094)	60.900	62.949

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em Serviço	2024	2023
- Participação da União, Estados e Municípios	685	685
- Participação financeira do consumidor	10.101	6.877
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	572
(-) Amortização Acumulada	(5.103)	(4.618)
- Em Curso	610	2.759
Total	9.235	8.645

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores	2024	2023
Energia Comprada p/ Revenda	8.924	6.572
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-
Materiais, Serviços e Outros	1.468	3.144
Total	10.392	9.716

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2024		2023	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	5.428	2.262	2.368	3.779
Banco Sicoob	1.147	9.129	1.577	-
Banco Sicredi	-	-	4.601	-
Banco Santander	810	587	2.241	1.566
Total	7.385	11.978	10.787	5.345

- Caixa Econômica Federal: Juros de 1,64% a.m., carência de 6 meses. Prazo total de 48 meses. Vencimento final: 21/07/2027;
- Banco Sicoob: Juros de 1,38% a.m., carência de 6 meses. Prazo total de 36 meses. Vencimento final: 26/12/2027;
- Banco Santander: juros de 1,48 a.m., carência de 6 meses. Prazo total de 36 meses; Vencimento final: 24/11/2026;

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2024	2023
Saldo de Salários a Pagar	373	-
Provisão de férias	1.403	1.661
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	498	447
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	97	30
Participações nos lucros	-	606
Total	2.371	2.744

5.19. Tributos

	2024	2023
Tributos Federais	1.726	1.095
Tributos Estaduais	8.289	6.482
Contribuições Sociais	694	456
Tributos retidos na fonte	5	3
Total	10.714	8.036

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, e análise das demandas judiciais, constituiu provisões para 2024 consideradas como "prováveis". Não houve demandas judiciais prováveis.

Descrição	2024		2023	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 70 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como "possíveis" os valores somam aproximadamente R\$ 1.113.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequilíbrio, entre outros. Considerado como risco "possível" a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 211.

5.21. Encargos Setoriais

	2024	2023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	25	(7)
Ministério das Minas e Energia – MME	12	(4)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.612	2.370
Programa de Eficiência Energética – PEE	2.376	1.935
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	48	282
Taxa de Fiscalização	12	11
Demais encargos setoriais – empréstimo Covid	-	213
Outros	131	-
Total	5.216	4.800

5.22. Outros passivos circulantes

	2024	2023
Consumidores	2.672	1.187
Taxa de Iluminação Pública	1.022	966
Taxa do Lixo	-	-
Outros credores	85	117
Total	3.779	2.270

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.23. Capital Social

	2024	2023
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
Total	50.000	50.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2024	2023
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.24. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2024	2023
Resultado do exercício (Lucro ou prejuízo)	2.283	2.904
(-) Reserva legal 5%	(114)	(145)
Resultado a distribuir	2.169	2.759
Destinação dos resultados		
• lucros sobre capital próprio	-	(950)
Reserva estatutária para investimento	(2.169)	(1.809)
	-	-

5.25. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	26/04/2024 a 26/04/2025	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	26/04/2024 a 26/04/2025	3.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	26/04/2024 a 26/04/2025	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	14/06/2024 a 14/06/2025	V. Mercado
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	18/11/2024 a 18/11/2025	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/01/2024 a 18/03/2025	536

5.26. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em

vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

• **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

• **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.

• **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.27. RECEITA OPERACIONAL

• Fornecimento de Energia Elétrica e outros

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento faturado						
Residencial	52.782	51.836	111.228	103.899	79.277	72.914
Industrial	331	322	30.537	36.138	18.905	23.151
Comercial	3.536	3.467	39.968	39.621	28.509	28.214
Rural	1.622	1.651	6.541	6.611	4.395	4.325
Poder Público	384	367	4.460	4.004	3.193	2.898
Iluminação Pública	1	1	12.645	12.553	5.259	5.119
Serviço Público	62	65	8.499	7.655	5.060	4.841
Consumo Próprio	3	3	133	136	-	-
Total Energia faturada	58.721	57.712	214.011	210.617	144.598	141.462
Não faturado	-	-	-	-	441	24
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	59	29	151.992	139.547	39.457	40.147
Receita de Construção	-	-	-	-	9.225	7.419
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	11.538	14.999
Outras Receitas	-	-	-	-	8.371	7.962
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	20.397	(3.352)
Soma	59	29	151.992	139.547	89.428	67.199
TOTAL	58.780	57.741	366.003	350.164	234.027	208.661

• Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com o CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: Desde o ano de 2016, cinquenta e nove consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores.



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2024

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

PROCEL

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.29. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		Em R\$ (mil)	
	2024	2023	2024	2023
Compra de Energia – Leilão	239.670	235.216	48.370	43.638
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	43.977	37.468
PROINFA	-	-	3.734	4.059
Micro geração – baixa tensão	7.223	5.974	3.686	2.937
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	-	-	5.134	5.264
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	(9.703)	(8.439)
Total	246.893	241.190	95.198	84.927

5.30. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2024	2023
Pessoal	20.126	18.397
Administradores	2.166	2.110
Material	1.722	1.756
Serviço de terceiros	9.965	8.469
Arrendamento e aluguéis	293	319
Seguros	60	60
Doações, contribuições e subvenções.	25	3
Provisões	133	72
(-) Recuperação de despesas	(337)	(222)
Tributos	66	133
Depreciação/Amortização	4.469	4.033
Custo com construção	9.225	7.419
Gastos diversos	805	999
Total	48.718	43.548

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. Neste exercício de 2024, a Diretoria optou por não proporcionar Participação nos Resultados para priorizar os investimentos na rede de distribuição.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

9. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira, ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2024.

José Arlindo Lemos Chemin Diretor Presidente
Carlos Conrado Krzyzanowski Diretor Técnico
Pedro Luiz Durigan Diretor Econômico/ Financeiro
Nelson Chagas Diretor Administrativo
Odair Sales Contador CRC/PR 056.806/O-9

CONSELHO FISCAL

Bárbara Lunardon Presidente
João Alfredo de Moraes Conselheiro
Keila Eliane Alberton Martini Conselheira
Bianca Moraes Coelho Conselheira
Leniro Zanlorens Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Cezario Gobbato de Carvalho Presidente
Cassiel Muiniki Conselheira
á queline Santos da Silva Conselheira
Kevvy Vela Souza Conselheira
Rosângela Leandro Pelizzari Manenti Conselheira
é sé Peterson Vidal Conselheiro
Fernando Schiavon Conselheiro
Rodrigo da Rocha Stremel Torres Conselheiro
Dante Vanin Conselheiro
Murilo Nogueira Conselheiro
Fledinei Borges Licheski Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Acionistas da **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL** Campo Largo – PR

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis do Brasil.

Base para Opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
 O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditadas que emitimos o relatório datado de 12 de abril de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer

forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditorias obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba PR, 15 de abril de 2025.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
 CRC-PR Nº 3.942/O-6
 CVM Nº 519/3
Ediclei Cavalheiro de Ávila
 CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
 CNAI Nº 5344
Karini Letícia Bazzaneze
 CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
 CNAI Nº 6254



Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>





EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 01 P.E Nº 017/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2025
O Município de Matelândia, Estado do Paraná, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que este pregão será na modalidade eletrônica e que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO**, e que houve a necessidade de alterações no instrumento convocatório inicial, altera-se o seguinte:

Fica estabelecida a exigência de apresentação de Certificação junto ao INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), como condição obrigatória de habilitação, para os seguintes itens desta licitação:

1. Lâmpada Bulbo LED 100W (Item 111)
2. Lâmpada Bulbo LED 12W (Item 112)
3. Lâmpada Bulbo LED 16W (Item 113)
4. Lâmpada Bulbo LED 30W (Item 114)
5. Lâmpada Bulbo LED 40W (Item 115)
6. Lâmpada Bulbo LED 50W (Item 116)
7. Luminária LED Pública 150W (Item 119)
8. Luminária LED Pública 100W (Item 120)
9. Refletor LED Holofote 200W (Item 134)
10. Refletor LED Holofote 400W (Item 135)
11. Lâmpada Tubo LED 18W (Item 152)
12. Lâmpada Tubo LED 40W (Item 153)
13. Lâmpada Tubo LED 9W (Item 154)
14. Refletor para Ginásio de Esportes 400W (Item 155)

A comprovação deverá ser apresentada por meio de certificado válido emitido pelo INMETRO ou por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado, conforme exigido pelas normas técnicas pertinentes a cada item.

Ficam estabelecidos novos valores referenciais para os itens **123 a 126** do Termo de Referência, com a devida atualização de suas descrições técnicas, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
123	LUMINÁRIA DE LED PÚBLICA 150W. COM POTÊNCIA NOMINAL MÁXIMA DE 150W; FORNECIDA PELO FABRICANTE, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS. CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRE, COM BASE PARA FOTOCÉLULA E FOTOCÉLULA. A LUMINÁRIA DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: • TEMPERATURA DE COR: 6.000 K (LUZ BRANCA); • ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO DE 70; • FLUXO LUMINOSO: MÍNIMO DE 15.000 LÚMENS; • EFICIÊNCIA LUMINOSA: MÍNIMA DE 100 LM/W; • VIDA ÚTIL: MÍNIMA DE 50.000 HORAS (L70 OU SUPERIOR); • FATOR DE POTÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A 0,92. COTA RESERVA DE 25% PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	UN	200	R\$ 759,95	R\$ 151.990,00
124	LUMINÁRIA DE LED PÚBLICA 150W. COM POTÊNCIA NOMINAL MÁXIMA DE 150W; FORNECIDA PELO FABRICANTE, COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS. CORPO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRE, COM BASE PARA FOTOCÉLULA E FOTOCÉLULA. A luminária deverá atender às seguintes especificações técnicas mínimas: • Temperatura de cor: 6.000 K (luz branca); • ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO DE 70; • FLUXO LUMINOSO: MÍNIMO DE 15.000 LÚMENS; • EFICIÊNCIA LUMINOSA: MÍNIMA DE 100 LM/W; • VIDA ÚTIL: MÍNIMA DE 50.000 HORAS (L70 OU SUPERIOR); • FATOR DE POTÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A 0,92. AMPLA CONCORRÊNCIA	UN	600	R\$ 759,95	R\$ 455.970,00
125	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM POTÊNCIA NOMINAL MÁXIMA DE 100W, FORNECIDA PELO FABRICANTE COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU FUNCIONAMENTO. CORPO FABRICADO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO SOB ALTA PRESSÃO, RESISTENTE À CORROSÃO, COM BASE PARA FOTOCÉLULA E FOTOCÉLULA INSTALADA. A LUMINÁRIA DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: • TEMPERATURA DE COR: 6.000 K (LUZ BRANCA); • ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO DE 70; • FLUXO LUMINOSO: MÍNIMO DE 10.000 LÚMENS; • EFICIÊNCIA LUMINOSA: MÍNIMA DE 100 LM/W; • VIDA ÚTIL: MÍNIMA DE 50.000 HORAS (L70 OU SUPERIOR); • FATOR DE POTÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A 0,92. COTA RESERVA DE 25% PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	UN	200	R\$ 591,72	R\$ 118.344,00
126	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM POTÊNCIA NOMINAL MÁXIMA DE 100W, FORNECIDA PELO FABRICANTE COMPLETAMENTE MONTADA E CONECTADA, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU FUNCIONAMENTO. CORPO FABRICADO EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO SOB ALTA PRESSÃO, RESISTENTE À CORROSÃO, COM BASE PARA FOTOCÉLULA E FOTOCÉLULA INSTALADA. A LUMINÁRIA DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: • TEMPERATURA DE COR: 6.000 K (LUZ BRANCA); • ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): MÍNIMO DE 70; • FLUXO LUMINOSO: MÍNIMO DE 10.000 LÚMENS; • EFICIÊNCIA LUMINOSA: MÍNIMA DE 100 LM/W; • VIDA ÚTIL: MÍNIMA DE 50.000 HORAS (L70 OU SUPERIOR); • FATOR DE POTÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A 0,92. AMPLA CONCORRÊNCIA	UN	600	R\$ 591,72	R\$ 355.032,00

As alterações ora promovidas visam garantir a adequação dos preços praticados ao valor de mercado, bem como aprimorar a especificação dos produtos licitados, a fim de assegurar maior clareza, competitividade e aderência às necessidades da Administração Pública. Diante das alterações supracitadas demandarem alteração das propostas inicialmente cadastradas na plataforma pelas licitantes, informamos abaixo as novas datas de recepção de propostas também como nova data e horário do certame: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das **17h30min** do dia **23/04/2025** às **08h00min** do dia **08/05/2025**. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: **08h30min** do dia **08/05/2025**. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às **09h00min** do **08/05/2025**. Os demais itens, subitens e cláusulas do referido edital permanecem inalterados. **Renato Fabiano Zaniolo Pregoeiro – Portaria nº 18.456/2025 Matelândia-PR, 23 de abril de 2024.**

EMPRESÁRIO

Cumpra a legislação e garanta transparência com publicidade legal.

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Publicar balanços, balancetes e avisos legais da empresa é lei,

além de uma forma de dar mais tranquilidade a sócios, acionistas

e administradores. Nessas horas, o melhor é deixar tudo preto no branco,

nas páginas de um jornal diário da região. Siga a lei da transparência,

da segurança jurídica e da ética. Anuncie seus resultados nos jornais

e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

SINDEJOR^{PR}

SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <http://valor.globo.com/valor-ri> <http://www.inepar.com.br> <http://www.cvm.gov.br/> <http://bemparana.com.br>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano de 2024, bem como O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2024.

Balço Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)					Demonstração do Resultado - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		Acumulado do Exercício	Acumulado do Exercício	Acumulado do Exercício	Acumulado do Exercício
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	1.092	447	2.041					
Contas a receber de clientes	6	144	62	2.860	666					
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9					
Estoques	8	-	-	9.365	10.425					
Tributos a recuperar	10	4.547	4.499	67.549	77.272					
Dividendos a receber		-	-	14.796	14.796					
Despesas Antecipadas	9	-	-	-	314					
Outros créditos	11	365	372	1.857	1.559					
Total do ativo circulante		5.122	6.034	96.883	107.082					
Não circulante										
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688					
Tributos a recuperar	10	-	39.975	-	86.169					
Depósitos judiciais	31	57.418	51.294	77.086	75.699					
Outros créditos	11	-	-	6.551	6.579					
Investimentos	12	822.875	566.345	105.243	235.588					
Imobilizado	13	69.245	72.204	120.879	129.228					
Intangível	14	3	391.516	391.516	391.573					
Total do ativo não circulante		994.073	1.165.866	835.962	1.059.523					
Total do ativo		999.195	1.171.900	932.845	1.166.605					
Passivo										
Circulante										
Fornecedores		26.188	30.663	60.231	65.079					
Instituições financeiras	15	278.318	250.382	426.067	384.950					
Debêntures	16	17.286	15.996	17.286	15.996					
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.740	8.953	159.209	152.629					
Obrigações fiscais e tributárias	17	72.980	65.614	159.932	132.909					
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341					
Adiantamentos de clientes	20	-	30	58.338	36.011					
Títulos a pagar		133.146	116.488	133.146	116.488					
Outras contas a pagar	25	96.031	58.799	238.216	168.783					
Total do passivo circulante		637.006	550.242	1.255.766	1.076.186					
Não circulante										
Instituições financeiras	15	210.775	219.954	210.775	219.954					
Debêntures	16	273.384	255.192	273.384	255.192					
Obrigações fiscais e tributárias	17	181.520	176.849	319.302	322.203					
Partes relacionadas	22	261.578	285.788	94.034	127.217					
Tributos diferidos	21.1	-	31.329	-	79.081					
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960					
Provisão de custos e encargos	19	2.303	2.303	2.303	2.303					
Provisões para contingências	23	85.160	73.745	196.508	180.637					
Provisão passivo à descoberto	24	796.917	706.146	12.911	12.157					
Outras contas a pagar	25	-	-	1.432	1.362					
Total do passivo não circulante		1.811.637	1.751.306	1.125.609	1.215.066					
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora										
Capital social	26 a	543.687	542.625	543.687	542.625					
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)					
Reservas de capital	26 b	184.417	180.292	184.417	180.292					
Reserva de reavaliação	26 c	24.663	28.979	24.663	28.979					
Debêntures perpétuas	26 d	231.404	236.591	231.404	236.591					
Créditos quirografários a converter	26 e	16.914	16.914	16.914	16.914					
Prejuízos acumulados		(3.266.305)	(2.952.300)	(3.266.305)	(2.952.300)					
Ajuste de avaliação patrimonial	26 f	818.845	820.324	818.845	820.324					
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.449.448)	(1.129.648)	(1.449.448)	(1.129.648)					
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		999.195	1.171.900	932.845	1.166.605					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)														
	Capital Social		Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros									
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2023	495.461	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.437.317)	263.503	16.914	23.126	42.205	803.415	(1.623.777)	3.124	(1.620.653)	
Resultado do exercício	-	-	-	-	474.828	-	-	-	-	-	474.828	2.597	477.425	
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-	-	4.161	-	4.161	
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(720)	(720)	
Ajuste de Av. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.736	6.736	-	6.736	
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	20.252	-	-	-	-	20.252	-	20.252	
Conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.848)	(11.848)	-	(11.848)	
Outros resultados abrangentes														
Resultado abrangente total														
Aumento de capital - 373ª RCA de 30/03/2023	1.336	-	-	-	-	(1.336)	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital - 377ª RCA de 25/07/2023	29.664	-	-	-	-	(29.664)	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital - 379ª RCA de 29/09/2023	509	-	-	-	-	(509)	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital - 381ª RCA de 17/11/2023	15.655	-	-	-	-	(15.655)	-	-	-	-	-	-	-	
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	(5.853)	-	-	5.853	-	-	-	-	-	
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	20.184	-	-	(20.184)	-	-	-	-	-	
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2023	542.625	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.943.997)	236.591	16.914	28.979	22.021	798.303	(1.129.648)	5.001	(1.124.647)	
Resultado do exercício	-	-	-	-	(232.695)	-	-	-	-	-	(232.695)	(4.078)	(236.773)	
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	2.080	-	-	-	-	-	2.080	-	2.080	
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada (CBD)	-	-	-	-	(84.391)	-	-	-	-	-	(84.391)	-	(84.391)	
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(815)	(815)	-	(815)	
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)	
Ajuste de Av. Patrimonial	-	-	-	-	(3.979)	-	-	-	-	-	(3.979)	-	(3.979)	
Outros resultados abrangentes														
Resultado abrangente total														
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital - 386ª RCA de 04/04/2024	61	-	-	-	-	(61)	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital - 95ª ata de 20/05/2024	1.000	-	4.125	-	-	(5.125)	-	-	-	-	-	-	-	
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	4.316	-	-	(4.316)	-	-	-	-	-	
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	664	-	-	(664)	-	-	-	-	-	
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2024	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.258.904)	231.404	16.914	24.663	21.357	797.488	(1.449.448)	918	(1.448.530)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto) - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do período antes do IR e CS	(228.569)	113.791	(236.224)	(250.706)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	2.959	3.024	6.419	9.074
Alienação de imobilizado/investimentos	-	11	2.191	74.506
Resultado da avaliação de investimentos	106.778	(250.466)	15.952	11.608
Ajuste de atualização de debêntures	19.482	17.682	19.482	17.682
Participação de acionistas não controladores	-	-	(4.078)	(2.597)
Juros sobre empréstimos	18.757	32.047	31.907	(3.319)
Provisões (Reversões)	11.415	13.729	15.871	17.432
Resultado do período ajustado	(69.178)	(70.182)	(148.480)	(126.320)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(82)	1.048	(2.194)	5.939
Estoques	-	-	1.060	(3.181)
Impostos a recuperar	(1.061)	947	13.950	6.747
Despesas antecipadas	-	-	- 314	(314)
Outros créditos	(6.117)	7.359	(1.657)	41.522
(7.260)	9.354	11.473	50.713	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(4.475)	157	(4.848)	460
Salários e encargos sociais	787	1.744	6.580	8.717
Impostos e contribuições a recolher	13.591	(24.062)	26.434	29.116
Adiantamentos de clientes	(30)	30	22.327	2.868
Títulos a pagar	16.658	15.082	16.658	15.082
Outras contas a pagar	37.474	1.641	69.621	860
64.005	(5.408)	136.772	57.103	
(12.433)	(66.236)	(235)	(18.504)	
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos				
Atividades de investimentos				
Aquisições de investimentos	-	5.737	-	2.373
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(204)	(676)
Operações de mútuos com empresas ligadas	10.085	148	(4.270)	(34.216)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	10.085	5.885	(4.474)	(32.519)
Atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	100	31.889
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(29.060)	(69)	(46.763)
Operações de mútuos com empresas ligadas	1.313	90.480	3.084	66.019
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	1.313	61.420	3.115	51.145
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.035)	1.069	(1.594)	122
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.092	23	2.041	1.919
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	57	1.092	447	2.041
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.035)	1.069	(1.594)	122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto Operacional: A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180. A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa. Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros. **Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:**

2.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Diretoria Executiva:

Vago - Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade

Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração:

Irajá Galliano Andrade - Presidente / Rodolfo Andriani / André de Oms

Augusto Araújo de Oms / Carlos Alberto Del Claro Gloger / José Bonifácio Pinto Junior

Hugo Fagundes de Lima Queiroz

Contador:

Jair Malpica

CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2025

Rubens Gerigk / Sergio Tomaz Crestani / Gerson Luiz Casara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o Relatório do Auditor Independente sobre essas Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis eletronicamente, de forma integral, no endereço <http://www.inepar.com.br/>, <https://www.gov.br/cvm>, <https://www.bemparana.com.br>, e <https://valor.globo.com/>. O referido Relatório do Auditor Independente sobre essas Demonstrações Financeiras foi emitido em 28 de março de 2025 com modificação de opinião sobre: I - Confirmações externas de endividamento bancário e II - Investimentos em controladas/coligadas/consórcios, bem como indicação sobre a Continuidade Operacional e, ainda, as seguintes Ênfases: I - Coisa julgada em Matéria Tributária II- Reconhecimento de recebíveis, II - Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas e III - Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Muller & Prei Auditores Independentes S/S - CRC-PR nº 6.472/O-1; George Angnes - Contador - CRC-PR nº 42.667/O-1.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

<http://valor.globo.com/valor-ri>

<http://www.inepar.com.br>

<http://www.cvm.gov.br/> <http://bemparana.com.br>

LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

O melhor custo benefício para sua empresa.



interativa[®]
 NOSSO NEGÓCIO É IMPRIMIR O SEU



Fone 3013-4444 | www.interativa.inf.br



EXCLUSIVO NOS CINEMAS

EU, VOCÊ, NÓS



A gente não quer só dinheiro.
 A gente quer dinheiro e felicidade.
 A gente não quer só dinheiro.
 A gente quer conforto, lazer, segurança e comodidade.

ACESSE AGORA ATRAVÉS DO QR CODE



Condomínios Garantidos
 COMO É BOM MORAR BEM



ppac.org.br

QUANDO O PREFEITO ASSUME O COMPROMISSO COM A INFÂNCIA, AS CRIANÇAS DA SUA CIDADE FICAM ASSIM: MUITO MAIS PROTEGIDAS.

Toda criança merece um prefeito que se preocupe com o seu bem-estar. Ao fazer parte do **Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança**, da Fundação Abrinq, o prefeito da sua cidade assume o compromisso com a infância e adolescência. As cidades que possuem prefeitas ou prefeitos amigos da criança já constataram a queda nas taxas de mortalidade infantil e o aumento das matrículas em creche, além de muitos outros resultados que impactam positivamente toda a sociedade. **Se você é prefeita ou prefeito, não perca a chance de ser realmente amigo das crianças.**

Saiba mais e faça sua adesão em ppac.org.br.

Amigo mesmo é quem protege.



INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A

CNPJ Nº 02.258.422/0001-97 / Em Recuperação Judicial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <http://bemparana.com.br> e <http://www.inepar.com.br>

Relatório da Administração: Senhores Acionistas. A Administração da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano de 2023, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, Relatório do Auditor, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanco Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)					Demonstração do Valor Adicionado - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		31/12/2023	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	7	141	172	142	173					
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	214					
Estoques		-	-	41	-					
Tributos a recuperar	9	1.080	1.080	1.130	1.108					
Despesas Antecipadas		-	-	314	-					
Total do ativo circulante		1.221	1.252	1.627	1.495					
Não circulante										
Partes relacionadas	16.1	267.401	208.043	269.532	208.180					
Tributos a recuperar	9	2.278	1.508	2.278	1.508					
Outros créditos	10	6.546	6.546	6.546	6.546					
Investimentos	11	17.204	17.878	-	-					
Imobilizável	12	621	734	18.440	18.553					
Total do ativo não circulante		294.050	234.709	296.796	234.787					
Total do ativo		295.271	235.961	298.423	236.282					
Passivo										
Circulante										
Fornecedores		361	213	387	531					
Obrigações sociais e trabalhistas		214	130	214	130					
Obrigações fiscais e tributárias	13	4.151	19.260	4.194	19.261					
Adiantamentos sobre Encomendas		-	-	3.081	-					
Outras contas a pagar		7.114	6.979	7.114	6.979					
Total do passivo circulante		11.840	26.582	14.990	26.901					
Não circulante										
Obrigações fiscais e tributárias	13	23.852	72.526	23.852	72.526					
Tributos diferidos	14	2.278	2.133	2.278	2.133					
Provisões para contingências	15	5.906	6.765	5.906	6.765					
Total do passivo não circulante		32.036	81.424	32.036	81.424					
Patrimônio líquido da controladora										
Capital social	17 (a)	191.423	191.423	191.423	191.423					
Prejuízo s acumulados		(365.461)	(488.973)	(365.461)	(488.973)					
Ajuste de avaliação patrimonial	17 (b)	425.433	425.505	425.433	425.505					
Total do patrimônio líquido		251.395	127.955	251.395	127.955					
Total do passivo e do patrimônio líquido		295.271	235.961	298.423	236.282					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

Nota	Trimestre Atual		Acumulado do Exercício		Trimestre Anterior		Acumulado do Exercício Anterior		Trimestre Anterior		Acumulado do Exercício Anterior	
	01/10/2023 à 31/12/2023	01/01/2023 à 31/12/2023	01/10/2023 à 31/12/2023	01/01/2023 à 31/12/2023	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2022 à 31/12/2022
Receita Operacional Bruta												
Deduções e impostos sobre vendas												
Receita Operacional Líquida	18											
Custos dos produtos e serviços												
Lucro Bruto												
Receitas [Despesas] operacionais												
Gerais e administrativas		997	2.029	522	(1.043)	1.105	2.023	437	(1.128)			
Outras receitas e despesas líquidas	19	1.460	4.103	752	752	1.459	4.100	752	752			
Resultado da Avaliação de Investimentos	11	(143)	(673)	84	(428)	-	-	-	-			
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		997	2.029	522	(1.043)	1.005	2.041	522	(1.043)			
Despesas financeiras	20	5.735	(548)	(2.411)	(8.290)	5.727	(560)	(2.411)	(8.290)			
Receitas financeiras	20	3	15	5	17	3	15	5	17			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		6.735	1.496	(1.884)	(9.316)	6.735	1.496	(1.884)	(9.316)			
IR e CS diferidos		122.820	121.944	6	183	122.820	121.944	6	183			
Resultado das operações continuadas		129.555	123.440	(1.878)	(9.133)	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)			
Lucro/(Prejuízo) do período		129.555	123.440	(1.878)	(9.133)	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)			
Atribuído a:												
Participação dos acionistas controladores							129.555	123.440	(1.878)	(9.133)		
Participação dos acionistas não controladores							-	-	-	-		
							129.555	123.440	(1.878)	(9.133)		
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		246.385		246.385		246.385		246.385		246.385		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		66.035		66.035		66.035		66.035		66.035		
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		386,93105		(28,62875)		386,93105		(28,62875)		386,93105		
Resultado básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		425,63415		(31,48163)		425,63415		(31,48163)		425,63415		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

Trimestre Atual	Controladora		Consolidado		Trimestre Anterior	Controladora		Consolidado				
	01/10/2023 à 31/12/2023	01/01/2023 à 31/12/2023	01/10/2023 à 31/12/2023	01/01/2023 à 31/12/2023		01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2022 à 31/12/2022			
Resultado líquido do período	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)
Resultado abrangente do período	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)	129.555	123.440	(1.878)	(9.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) - Período findo em 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício antes do IR e CS	1.496	(9.133)	1.496	(9.133)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	113	138	114	631
Resultado da avaliação de investimentos	673	428	-	-
Provisões (Reversões)	(859)	4.455	(859)	4.455
Resultado do exercício ajustado	1.423	(4.112)	751	(4.047)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de clientes	-	-	214	(214)
Estoques	-	-	(42)	-
Tributos a recuperar	(770)	(124)	(792)	(152)
Depósitos judiciais	-	-	(314)	-
	(770)	(124)	(934)	(366)
Aumento no passivo				
Fornecedores	148	134	(144)	452
Salários e encargos sociais	84	(279)	84	(279)
Impostos e contribuições a recolher	58.307	1.719	58.347	1.720
Adiantamentos sobre encomendas	-	-	3.081	-
Outras contas a pagar	135	(1.400)	135	(1.400)
	58.674	174	61.503	493
Caixa (Gerado) consumido pelas atividades operacionais	59.327	(4.062)	61.320	(3.920)
Atividades de investimentos				
Operações de mútuos com empresas ligadas	(59.358)	4.199	(61.399)	4.062
Caixa consumido pelas atividades de investimentos	(59.358)	4.199	(61.399)	4.062
Atividades de financiamentos				
Operações de mútuos com empresas ligadas	-	(128)	48	(132)
Caixa (Consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	-	(128)	48	(132)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(31)	9	(31)	10
Saldo inicial do caixa e equivalentes	172	163	173	163
Saldo final do caixa e equivalentes	141	172	142	173
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(31)	9	(31)	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto operacional: A INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - em Recuperação Judicial é uma Companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob Nº 02.258.422/0001-97, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 353.003.536-84, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, conjunto 1101,11º andar, parte D, Centro, CEP. 80.410-180. A Companhia, constituída em 31 de outubro de 1997, tem como atividade preponderante a fabricação e fornecimento de bens de capital sob encomenda, sistemas em regime "Turn-Key" (Pacotes), fabricação de equipamentos pesados, construção, montagem, modernização e manutenção de plantas industriais e de processos e, a fabricação e montagem de estruturas metálicas. Desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, na qual participa em 25,4 % do seu capital. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/lesa detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa. Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros. **Nota 3 - Bases de preparação das demonstrações financeiras: 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2024. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As Companhias vêm também negociando com a PGFN o pagamento de parte da sua dívida fiscal com o aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados, conforme previsto em Lei. **Nota 31 - Eventos subsequentes:** A controladora Inepar S/A Indústria e Construções, em divulgação de Fato Relevante, publicado em 23 de janeiro de 2024, informa que concluiu com a regularização da empresa denominada INEEAU PROJECT MANAGEMENT SERVICES CO, com sede nos Emirados Árabes Unidos, registrada sob nº 052-13580004, com o objetivo de evoluir estudos e negócios naquela região, em especial na área de infraestrutura e demais acervos técnicos de capacidade da Companhia. Ademais, a referida poderá ser veículo para operações financeiras estruturadas.

Diretoria Executiva:
Vago - Diretor Presidente / Irá Galliano Andrade - Diretor Administrativo Financeiro
Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores
Conselho de Administração:
Irá Galliano Andrade - Presidente do Conselho de Administração
Augusto Araújo de Oms - Membro do Conselho de Administração
André de Oms - Membro do Conselho de Administração
CONTADOR:
Jair Malpica - CPF-667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o Relatório do Auditor Independente sobre essas Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis eletronicamente, de forma integral, no endereço <http://www.inepar.com.br>, <https://www.cvm.gov.br>, <https://valor.globo.com> e <https://www.bemparana.com.br>. O referido Relatório do Auditor Independente sobre essas Demonstrações Financeiras foi emitido em 28 de março de 2024 com modificação de opinião, com incerteza relevante quanto à continuidade operacional Ênfases: I - Coisa julgada em Matéria Tributária; II - Reconhecimento de recebíveis, II - Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Muller & Prei Auditores Independentes S/S - CRC-PR nº 6.472/O-1; George Angnes - Contador - CRC-PR nº 42.667/O-1.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <http://valor.globo.com/valor-r1> <http://www.inepar.com.br>

SÚMULA DE REQUERIMENTO DA LICENÇA DE PRÉVIA

AREAL NOSSA SENHORA RAINHA PA PAZ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA, CNPJ 04405192/0001-77, torna público que requereu ao IAP a Licença de Ambiental Prévia para mineração de areia e argila, na localidade de Campo Largo da Roseira, no Município de São José dos Pinhais/PR, conforme Processo ANM 826.085/2019

AVISO LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025 PROCESSO Nº 57/2025

O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h00 horas do dia 14 de Maio de 2025, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte objeto: **Aquisição e Instalação de grama sintética para os espaços com playground dos departamentos públicos do município de Ampére/PR.** Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: <http://www.ampere.pr.gov.br> e no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br. Ampére-PR, 23 de Abril de 2025.
DOUGLAS POTRICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITAÇÃO EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025 PROCESSO Nº 56/2025

O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h00 horas do dia 13 de Maio de 2025, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA tipo MENOR PREÇO GLOBAL do seguinte objeto: **Contratação de empresa para construção de 02 (dois) playgrounds, sendo um na Escola Municipal José Arnoldo Dresch e outro na Escola Municipal João Bento do Couto, no Município de Ampére-PR.** Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: <http://www.ampere.pr.gov.br> e no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br. Ampére-PR, 23 de Abril de 2025.
DOUGLAS POTRICH
PREFEITO MUNICIPAL

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. PARANÁ
CNPJ 75.063.164/0001-67

AVISO DE REABERTURA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 011/2024

PROTOCOLO: 22.492.253-1
Comunicamos aos interessados que o Procedimento Licitatório nº 011/2024, cujo objeto é contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica e serviços complementares de drenagem e coleta de águas pluviais e rede de esgoto sanitário na Unidade de Curitiba da CEASA/PR, está **REABERTO** na data de hoje, 23/04/2023, em razão de a liminar ter sido extinguida mediante decisão judicial proferida em sede de Agravo de Instrumento nº 0115469-39.2024.8.16.0000, apresentado pela empresa Venturi & Zen Ltda.

Eder Eduardo Publitz
Diretor-Presidente

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM PARANÁ

COMUNICADO N.º 086/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA COM REGIME DE CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA N.º 04/2024 DER/DT
GMS n.º 263/2024 (CONC-e)
Compras.gov.br n.º 90263/2024 (UASG n.º 463390)

DECLARAÇÃO DE VENCEDOR

OBJETO: Contratação Semi-integrada de empresa para elaboração do Projeto Executivo e execução das obras de ampliação de capacidade e restauração das rodovias PR-487 e PR-460, da ponte sobre o rio Muquílão, em Nova Tebas, a Pitanga, numa extensão de 51,52 km.
PROTOCOLO N.º: 23.194.630-6.
Informamos aos interessados que o terceiro licitante mais bem classificado, **CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA.**, em consórcio com **COMOL – CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA MOREIRA LIMA LTDA.**, denominado **CONSORCIO CLC/COMOL**, apresentou documentação e proposta de acordo com o estabelecido no edital, sendo avaliadas e consideradas adequadas aos requisitos do mesmo. Em decorrência disso, o licitante é declarado **VENCEDOR** do certame, pelo valor negociado de **R\$ 267.800.000,00**. Observar item 17 do edital referente aos prazos para recursos.

Curitiba, 23 de abril de 2025.
José Victor Andreatta
Presidente da Comissão de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025-RETIFICADO
Objeto: Aquisição de material escolar SME, do tipo menor preço unitário, licitação para MEI/ME e EPP, local ou regional.

Data: 09 de maio de 2025 / Horário: 09h00min.
Plataforma ComprasNet
<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – UASG:987915 – N.º 90022.

O edital poderá ser obtido através do endereço eletrônico:
<https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padr/1/load/1>

Telêmaco Borba, 23 de abril de 2025.
Matilde Maria Bittencourt- Pregoeira

MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO – P.E. Nº 019/2025 – PROC. LIC. Nº 046/2025

O Município de Matelândia, Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que realiza o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2025**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE SOFTWARE E STORAGE PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA**, com valor global máximo de R\$ 147.495,85 (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos). O edital para conhecimento geral encontra-se disponível no Portal da Transparência do Governo de Matelândia no sítio eletrônico www.matelandia.pr.gov.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. **O recebimento das propostas dar-se-á das 17h30min do dia 23/04/2025 até às 08h00min do dia 12/05/2025. A abertura das propostas será a partir das 08h30min do dia 12/05/2025. O início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 12/05/2025 na plataforma bil.compras.com.** Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (45) 3262-8376. Matelândia-PR, 23 de abril de 2025 – Gabriel da Silva Cadini – Prefeito.

MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025-PMQC
LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS ME/EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS (CAMISETAS, CALÇÃO/SHORTS, MEIÃO ESPORTIVO E COLETE REGATA) PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08:00 horas do dia 24/04/2025.
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 19/05/2025.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 19/05/2025.

Local: Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bil.org.br).
Informações e Edital: Portal da Transparência (<https://quartocentenario.eloweb.net/portalttransparencia/1/>) ou Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bil.org.br). Telefone (44) 3546-1109 ou 3546-1187, e-mail: licitacao.quartocentenario@gmail.com
Quarto Centenário/PR, 23 de abril de 2025
WILSON AKIO ABE
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CASTRO

AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES - SMS.

EMISSÃO: 23/04/2025
DISPUTA: 09h00min do dia 08/05/2025
VALOR MÁXIMO: R\$ 2.584.422,57
PREGOEIRO LUCIANO AUGUSTO CARDOSO

MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025 – PROC. LIC. Nº 044/2025

O Município de Matelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando credenciamento na modalidade de **INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025**, que tem por objeto o **CREDCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA VIABILIZAÇÃO DO ATENDIMENTO HOSPITALAR NOS SERVIÇOS DE PLANTÃO E PRONTO SOCORRO E, ATENDIMENTO HOSPITALAR, AMBULATORIAL, INTERNAMENTOS, URGÊNCIAS, CIRURGIAS E DEMAIS AÇÕES E SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SUS, DE FORMA COMPLEMENTAR A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE (RAS) DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, DE ACORDO COM A PORTARIA GM/MS Nº 3.410/2013 ACRESCIDO DAS ESPECIFICIDADES LOCAIS CONFORME ART. 25 DA PORTARIA Nº 2.567 DE 25/11/2016, MEDIANTE INCENTIVO AOS ATENDIMENTOS HOSPITALARES.** O edital para conhecimento geral encontra-se disponível no Portal da Transparência do Governo de Matelândia, www.matelandia.pr.gov.br. Os documentos deverão ser protocolados a partir do dia **23 de abril de 2025** através do e-mail licitacoes@matelandia.pr.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (45) 3262-8376. **Matelândia-PR, 23 de abril de 2025.** – Gabriel da Silva Cadini – Prefeito.

JUIZO DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – PR Rua Mateus Leme, nº. 1.142, 9º andar - CEP 80530-010 – email - 20varacivel@gmail.com EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 60 (SESENTA) DIAS A DOUTORA THALITÁ BIZERRIL DULEBA MENDES MMA. JUÍZA DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DE CURITIBA, PARANÁ, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...FAZ SABER a todos quantos vierem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vigésima Vara Cível se processam os termos da ação de usucapião nº. 0004659-65.2022.8.16.0194 requerida por AURELINO KOVALSKI E OUTRA em face de ALIPIO NEVES MACHADO E OUTROS e, em atendimento ao que dos autos consta, ficam os réus INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, CITADOS, para os termos da ação, cuja peça inicial e despacho abaixo transcritos, podendo, querendo, no prazo de QUINZE (15) DIAS ÚTEIS, contados da data do término do prazo do edital, contestar, sob pena de não o fazendo, presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (artigo 344 do Código de Processo Civil). PETIÇÃO INICIAL EM RESUMO: "Os requerentes são legítimos possuidores da parte ideal que lhes corresponde de 853,24m² do imóvel urbano designado no Lote de terreno sob nº 4-D-4, resultante da subdivisão do lote 4-D, que por sua vez é subdivisão do lote 4, da Planta Francisco Tokarski e herdeiros, situado em Campo Comprido, nesta Capital, com a área total de 3.384,60 m², com as demais medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 75.531 do Cartório de Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, com a Indicação Fiscal nº setor 49,quadra 074, lote 041.000 do Cadastro Municipal, adquirido através de Escritura Pública de Compra e Venda. Os requerentes adquiriram o imóvel mediante Escritura Pública de Compra e Venda. Quitaram o mesmo conforme documentos juntados. A parte autora, após concretizar o negócio jurídico de compra e venda de imóvel com a parte Ré, por meio de Escritura Pública de Compra e Venda, tentou registrar o título em seu nome. Todavia, o Cartório de Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição desta Capital, na data de 10/11/2016, negou o referido registro (Diligência Registral nº 6017/2016, em anexo). Traz-se à tona que, no lapso temporal entre a realização da Escritura Pública e a tentativa de registro, alguns vendedores vieram à óbito e outros encontram-se em local incerto e desconhecido, fato tal que impossibilitou o cumprimento pelas vias extrajudiciais. Ainda mais, nem a metragem que consta na referida Escritura é a existente no imóvel. Por fim, sendo impossível também a lavratura de nova Escritura de compra e venda com a reunião de todos os vendedores (incluindo-se aqui o Sr. Dionísio) para o cumprimento de todas as exigências registrais. Restando, dessa maneira, aos Requerentes, apenas esta via judicial da usucapião para poder regularizar seu imóvel. (Resumo apresentado pela própria parte) ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia, art. 257, II do Código de Processo Civil. 3. Cite-se, por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, os interessados ausentes, incertos e desconhecidos (art. 257, III, do CPC). 4. Intimem-se para que manifestem eventual interesse na causa a União, o Estado e o Município, encaminhando-se a cada ente cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. 5. Apresentada contestação, intime-se a parte autora para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do NCP), podendo a parte autora corrigir eventual irregularidade ou vício sanável, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 352 do NCP. 6. Após a apresentação de impugnação ou esgotado o prazo, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir (art. 370, NCP) justificando-as, sob pena de indeferimento (art. 370, parágrafo único, NCP). Consigno, ainda, que deverá ser apresentado, pelas partes, plano de negócio processual para a delimitação do objeto litigioso, pontos fáticos controvertidos, pontos fáticos incontroversos, as questões de direito controvertidas e ónus da prova. 7. Em seguida, venham conclusos para saneamento. Intimem-se. Diligências necessárias. Curitiba, 14 de outubro de 2022. Dra. Rafaela Zarpelon. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Curitiba, 10 de março de 2025. Eu, analista judiciária, que o digitei, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz (Portaria 001/2016). Amanda Rosa Xavier Lemes.

BEM PARANÁ

Informação vai bem.

CLUBE LITERÁRIO DE CURITIBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PRÉVIO

A atual diretoria do **CLUBE LITERÁRIO DE CURITIBA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.709.088/0001-87, com sede na Avenida República Argentina, nº 3310, bairro Portão, Curitiba/PR, CEP: 80.610-260, neste ato representado por seu Presidente abaixo assinado, vem convocar a todos os seus sócios, de todas as categorias de associados, sem qualquer distinção, nos termos de seu estatuto social, **para comparecerem à sede do Clube sito a Avenida República Argentina, 3310, de segunda à sexta-feira, em horário comercial, para promoverem as suas respectivas atualizações cadastrais**, com a intenção precípua de poderem ser cientificados e tomarem conhecimento de todas as deliberações da instituição.

Curitiba, 24/04/2025.
EDUARDO FLEMMING
Presidente do Conselho Diretor

Edital do Pregão Eletrônico N° 12.2025

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna publico que fará realizar Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às **09:30 horas do Dia 09 de maio de 2025** horário de Brasília – DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS**. Outras Informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site www.imbau.pr.gov.br, ícone Licitações, a pasta Técnica, poderá ser obtidos junta a prefeitura municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz 471, centro, Imbau / Pr – Fone 42 – 3127-9403/9404.

Imbau, 22 de abril de 2025.

DAYANE SOVINSKI RODRIGUES
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE
AVISO EDITAL

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N° 001/2025

FORMA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2025

OBJETO: O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos, sendo plantonistas e especialistas, com realização de consultas e atendimentos na Unidade Mista de Saúde de Rancho Alegre – PR conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA DE INÍCIO PARA O RECEBIMENTOS DOS DOCUMENTOS: A partir das 09:00 horas do dia 8 de maio de 2025.
DATA LIMITE PARA O RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: Até as 23:59 horas do dia 8 de maio de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Em até 05 dias úteis a contar do recebimento dos documentos na plataforma de licitações eletrônica.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, o qual ficará aberto até 08/05/2026.

EMISSÃO: 17/04/2025

VALOR MÁXIMO: R\$ 1.335.940,82

PREFEITO FLÁVIO HENRIQUE PEREIRA

AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90036/2025

OBJETO: Registro de preços para serviços de gravação de eventos em vídeos com edição de matéria ou documentário com produção e inserção de trilha sonora e cobertura fotográfica de eventos de interesse da Prefeitura.

Apregoeira da Prefeitura Municipal de Campo Largo, nomeada pela Portaria nº0657/2025, no uso de suas atribuições, RETIFICA O EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90036/2025, nos seguintes termos:

Retificação do item 7.26 - Onde se lê: Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Leia-se: Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades, **qualidade do serviço prestado** e prazos com o objeto da licitação.

Item 7.30 – desconsiderar.

A nova data de abertura será no dia 13/05/25 às 9h, na plataforma: www.gov.br/compras (90036/2025), permanecem inalterados os demais anexos.

TATIANE CRISTINE MONIZ BARRETO
PREGOEIRA
Portaria Municipal nº 0657/2025

AUGUSTO THOMAZ S/A - IND. E COM.
Rua Coronel Gracia, 410 - CEP 84.500-066 - IRATI - PR - CNPJ 78.142.999/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, Em consonância com as exigências legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar as demonstrações financeiras relativas exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A diretoria agradece a todos os seus colaboradores pelo empenho demonstrado em seu trabalho, e coloca-se a disposição dos senhores acionistas, para prestar qualquer esclarecimento adicional, que considerem necessário. Irati(PR) 31 de dezembro de 2024

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023
CIRCULANTE	12.039.128,96	7.707.387,09	CIRCULANTE	11.734.840,45	9.745.970,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.232.985,99	278.905,34	Fornecedores	6.534.729,36	6.696.450,17
Contas a Receber Clientes	4.429.277,53	439.223,50	Obrigações Sociais e Tributárias	516.935,89	114.498,32
Outros Créditos	169.884,68	33.857,74	Adiantamentos de Clientes	1.880.051,40	2.935.022,39
Estoque	6.161.501,35	6.955.400,51	Instituições Financeiras	2.803.123,80	-
Impostos a Recuperar	25.479,41	-	Outras Obrigações	-	-
NÃO CIRCULANTE	2.227.193,92	4.189.193,92	NÃO CIRCULANTE	1.239.060,01	941.282,58
Emprestimo Compulsório a Eletrobrás	1.333,49	1.333,49	Instituições Financeiras	1.235.768,51	937.991,08
Fundo Nacional de Desenvolvimento	613,90	613,90	Créditos de Acionistas	3.291,50	-
Débitos de Acionistas	20.275,36	20.275,36	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.292.422,42	1.209.327,55
	22.222,75	22.222,75	Capital Social	1.214.000,00	1.214.000,00
Investimentos	14.575,11	14.575,11	Reservas de Capital	36,84	36,84
Imobilizado	2.190.396,06	4.152.396,06	Reservas de Lucros	104.070,02	99.915,28
	2.204.971,17	4.166.971,17	Prejuízos Acumulados	(25.684,44)	(104.624,57)
TOTAL DO ATIVO	14.266.322,88	11.896.581,01	TOTAL DO PASSIVO E PL	14.266.322,88	11.896.581,01

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.214.000,00	36,84	96.130,86	(176.528,68)	1.133.639,02
Ajustes do Exercício 2022	-	-	-	219.970,22	219.970,22
Resultado do Exercício 2022	-	-	-	(176.528,68)	(176.528,68)
Reserva Legal Exercício 2022	-	-	96.130,86	(3.784,42)	(3.784,42)
Reserva Legal Exercício 2023	-	-	-	(104.524,57)	(104.524,57)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.214.000,00	36,84	99.915,28	(104.524,57)	1.209.427,55
Resultado do Exercício	-	-	-	75.688,55	75.688,55
Reserva Legal	-	-	4.154,74	(4.154,74)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.214.000,00	36,84	104.070,02	(25.684,44)	1.292.422,42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Nota 1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares

Nota 2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

a) - REGIME DAS TRANSAÇÕES / ESCRITURAÇÃO

É adotado o regime de competência para registro de suas transações.

b) - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

O Ativo Permanente está registrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995, ajustado por depreciações e exaustões acumuladas

c) - CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 1.214.000,00 (Um milhão duzentos e quatorze mil reais), dividido em 56.000 (Cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal.

DIRETORIA:

Edson Marcio Thomaz

Lucas Vinicius Batista Thomaz

Chaiane Barankevicz de Andrade
Contadora CRC (PR) 064727/O-8
CPF nº 066.551.439-50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2024	2023
Receita das Atividades Operacionais	6.123.235,17	4.288.130,48
Deduções das Receitas Operacionais	-	(16.473,82)
Receita Operacional Líquida	6.123.235,17	4.271.656,66
Custo das Atividades Operacionais	(2.208.000,00)	(2.560.000,00)
RESULTADO OPERACIONAL (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS	3.915.235,17	1.711.656,66
Despesas Administrativas	(1.228.035,10)	(1.635.968,13)
Outras Despesas Operacionais	(2.854.568,40)	(2.151.297,05)
Resultado de Vendas de Ativo Imobilizado	-	18.979,92
Outras Receitas Operacionais	250.463,20	496.349,00
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	83.094,87	75.688,53
Receitas Financeiras	-	-
Despesas Financeiras	-	-
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL (-) IRPJ	83.094,87	75.688,53
(-) CSLL	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	83.094,87	75.688,53
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO	1,4838	1,3516

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	83.094,87	75.688,53
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	83.094,87	75.688,53

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS LUCRO DO EXERCÍCIO	83.094,87	75.688,53
Ajustes:	-	-
Ajustes do exercício anterior	-	-
Redução/Aumento nas contas do Ativo	-	-
Clientes	3.990.054,03	334.035,58
Impostos a Recuperar	135.802,90	-
Estoque	(773.899,16)	1.011.000,00
Outros Créditos	-	-
Redução/Aumento nas contas do Passivo	-	-
Fornecedores	852.875,44	2.150.838,31
Obrigações Fiscais e Sociais	551.626,88	12.448,20
Outros Créditos	2.803.123,80	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.091.051,88	3.584.010,62
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	721.373,72
Aumento do Ativo Imobilizado	-	721.373,72
Investimento	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-1.054.970,99	764.776,10
Instituições Financeiras	-	-
Créditos de Acionistas	7.091.051,88	5.070.160,44
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.036.120,88	3.506.210,24
NO INÍCIO DO PERÍODO	278.905,34	181.780,93
NO FIM DO PERÍODO	104.984,83	278.905,34

Aviso de Publicação de Edital-Pregão Eletrônico 13/2025. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. O Município de Nossa Senhora das Graças/PR, torna público que estará realizando através da plataforma eletrônica Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br), certame licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, cujo objeto consiste: registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, mobiliário e eletrodomésticos, conforme especificações constantes no termo de referência, visando atender às necessidades das diversas secretarias municipais e da câmara municipal de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, com abertura marcada para o dia 09 de maio de 2025, às 09h00min. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 28 de abril de 2025, às 08h30min até às 08h30min do dia 09 de maio de 2025. Valor Total: R\$ 1.955.788,99 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos). Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bnc.org.br. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Fone: (44) 9 9129-5155, Whatsapp: (44) 44 9137-8221. Nossa Senhora das Graças, 22 de abril de 2025. Clodoaldo Aparecido Rigieri. Prefeito Municipal.

Edital do Pregão Eletrônico N° 13.2025

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna publico que fará realizar Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às **13:30 horas do Dia 09 de maio de 2025** horário de Brasília – DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **Aquisição de Tubos de Concreto**. Outras Informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site www.imbau.pr.gov.br, ícone Licitações, a pasta Técnica, poderá ser obtidos junto a prefeitura municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz 471, Bairro São Cristóvão, Imbau / Pr – Fone 42 – 3127-9403/9404.

Imbau, 22 de abril de 2025.

DAYANE SOVINSKI RODRIGUES
Prefeita Municipal

O Jornal BEM PARANÁ
conta com uma equipe
qualificada para cuidar
da Publicidade Legal
de sua empresa.

Entre em contato conosco e solicite um orçamento.
Teremos o maior prazer em atendê-lo.

Aviso de Publicação de Edital-Pregão Eletrônico 14/2025. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. O Município de Nossa Senhora das Graças/PR, torna público que estará realizando através da plataforma eletrônica Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br), certame licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, cujo objeto consiste: Aquisição de 01 (um) trator agrícola novo, zero hora de uso, com ano de fabricação mínima de 2025, potência mínima de 75 CV, tração 4x4, e motor com no mínimo 4 cilindros que tem por finalidade atender às necessidades operacionais da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Nossa Senhora das Graças – PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do edital, com abertura marcada para o dia 09 de maio de 2025, às 09h00min. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 28 de abril de 2025, às 08h30min até às 08h30min do dia 09 de maio de 2025. Valor Total: R\$ 239.823,75 (duzentos e trinta e nove mil oitocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos). Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bnc.org.br. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Fone: (44) 9 9129-5155, Whatsapp: (44) 44 9137-8221. Nossa Senhora das Graças, 22 de abril de 2025. Clodoaldo Aparecido Rigieri. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
AVISO DE RETIFICAÇÃO nº 01 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção e limpeza das piscinas da Escola Municipal do Campo Prof.ª Doraci Rodrigues Machado e CEMAE – Centro Educacional Municipal de Atendimento Especializado Prof.ª Lindamir Terezinha Ribeiro, com fornecimento dos materiais e dos produtos químicos

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Campo Largo, SAMANTA RODRIGUES DE SIQUEIRA, nomeada pela Portaria Municipal nº 657/2025 e no uso de suas atribuições, retifica o Edital e o Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90035/2025. Os documentos retificados estão disponíveis para consulta na plataforma de disputa e no site da Prefeitura.

A nova data de abertura será em 13/05/2025, às 9h, na plataforma www.gov.br/compras (nº 90035/2025). As demais cláusulas do edital e demais documentos permanecem inalteradas.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2025

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a ser destinada a Merenda Escolar no ano letivo de 2025/2026

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 24/4/2025

Data fim de recebimento de propostas: 12/05/2025 às 08:15h (horário de Brasília)

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 23 de abril de 2025.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/25-MP/PJ
AVISO DE LICITAÇÃO**

1-Objeto: Locação de imóvel para abrigar a sede do Ministério Público do Estado do Paraná na Comarca de Araucária mediante coleta de propostas técnicas de imóvel que atendam aos requisitos mínimos especificados neste Edital, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. 2-Abertura: dia 13 de maio de 2025 às 13h (horário de Brasília). 3-Local: Portal Nacional de Compras do Governo Federal. (<https://www.gov.br/compras/>). 4-Edital e Informações Complementares: Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - www.mppr.mp.br e no site do Portal Nacional de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/>. Curitiba, 25 de abril de 2025.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ**

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

PORTARIA Nº 217/2025

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis e de acordo com o Processo Digital n.º 62974/2025. RESOLVE I - Designar o Vereador Vagner Jose Chefer, portador do RG n.º 1.XXX.XXX-84 e CPF n.º 09X.XXX.XXX-67, para participar de reunião com Deputados Federais e Senadores em Brasília, com datas previstas entre os dias 13 e 15 de maio de 2025. II - Autorizar o empenho em nome do Vereador, no valor de R\$ 1.792,20 (um mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte centavos), correspondente a 2 (duas) diárias, Opção 1 da Resolução 50/2015, que deverá ser depositado conforme as informações bancárias prestadas no referido processo administrativo digital. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de abril de 2025. Eduardo Rodrigo de Castilhos PRESIDENTE Leandro Andrade Preto Celso Nicácio da Silva 1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 218/2025

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis e de acordo com o Processo Digital n.º 62965/2025. RESOLVE I - Designar a assessora Jhenifer Santana da Silva, portadora do RG n.º 12.XXX.XXX2 e CPF n.º 08X.XXX.XXX-04, para participar de reunião com Deputados Federais e Senadores em Brasília, com datas previstas entre os dias 13 e 15 de maio de 2025. II - Autorizar o empenho em nome da assessora, no valor de R\$ 1.792,20 (um mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte centavos), correspondente a 2 (duas) diárias, Opção 1 da Resolução 50/2015, que deverá ser depositado conforme as informações bancárias prestadas no referido processo administrativo digital. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de abril de 2025. Eduardo Rodrigo de Castilhos PRESIDENTE Leandro Andrade Preto Celso Nicácio da Silva 1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 219/2025

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis e de acordo com o Processo Digital n.º 62953/2025. RESOLVE I - Designar a assessora Andreia Nazario de Souza, portadora do RG n.º 8.XXX.XXX8 e CPF n.º 03X.XXX.XXX-44, para participar de reunião com Deputados Federais e Senadores em Brasília, com datas previstas entre os dias 13 e 15 de maio de 2025. II - Autorizar o empenho em nome da assessora, no valor de R\$ 1.792,20 (um mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte centavos), correspondente a 2 (duas) diárias, Opção 1 da Resolução 50/2015, que deverá ser depositado conforme as informações bancárias prestadas no referido processo administrativo digital. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 22 de abril de 2025. Eduardo Rodrigo de Castilhos PRESIDENTE Leandro Andrade Preto Celso Nicácio da Silva 1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2025

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de troféus e medalhas personalizadas.

PREÇO MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 102.803,00 (Cento e dois mil e oitocentos e três reais).

DATA: 13 de maio de 2025 às 08:30 hrs, plataforma: www.comprasgovernamentais.gov.br.

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no site www.prudentopolis.pr.gov.br e na plataforma www.comprasgovernamentais.gov.br, e demais informações no telefone 0800 808 0130.

Vanessa Sass
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025-RETIFICADO

Objeto: Aquisição e instalação de bancadas e divisórias em granito e cuba para pia, do tipo menor preço por lote, licitação de ampla disputa com participação de ME/ME/EPP.

Data: 09 de maio de 2025 / Horário: 09h00min.

Plataforma ComprasNet

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – UASG:987915 – N.º 90023

O edital poderá ser obtido através do endereço eletrônico: <http://telemacoborba.atende.net/#/tipo/servico/valor/8/padroao/1/load/1>

Telêmaco Borba, 23 de abril de 2025.

Gabriel Pukanski Marcondes
Pregoeiro

JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL Cartório da 7ª. Vara Cível Dr.ª Kátya de Araújo Carollo – Escrivã Av. Cândido de Abreu, 535 - 7º. andar Caroline C.M.B de Matos – E. Juramentada Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patrícia Carla Gonçalves - E. Juramentada **EDITAL DE INTERDIÇÃO DE VALMOR JOSÉ REICHERT, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.** Edital de Interdição de VALMOR JOSÉ REICHERT, brasileiro, portador da cédula de Identidade RG n.º 787.210-0 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 146.898.399-72, para conhecimento de terceiros, e ainda aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, na Ação de INTERDIÇÃO, sob n.º 0029322-51.2017.8.16.0001, que tramita pelo sistema *Projudi* na 7ª. Vara Cível de Curitiba, sito na Av. Cândido de Abreu, 535, 7º andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movida por BARBARA PENELOPE REICHERT e CAMILA EMANUELLE REICHERT. Foi decretada a interdição de VALMOR JOSÉ REICHERT a qual apresenta F03, Demência, de acordo com a sentença de mov.º 630.1: a qual apresenta os limites da curatela: "...III – DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, para o fim de: a) DECRETAR a Interdição parcial de VALMOR JOSÉ REICHERT, ante sua incapacidade relativa, declarando-o relativamente incapaz apenas para exercer pessoalmente os atos da vida civil relacionados aos aspectos de natureza patrimonial – aqueles de maior monta -, negocial e de administração de bens e valores; b) NOMEAR, com fulcro no artigo 747, II, do Código de Processo Civil, como Curadoras BARBARA PENELOPE REICHERT e CAMILA EMANUELLE REICHERT, filhas, nos termos do artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, com poderes em relação aos atos de natureza patrimonial e negocial, bem como de administração de bens e valores, todavia, apenas de maior monta - 1) Os limites da Curatela abrangem tão somente os atos da vida civil descritos no artigo 1.782, do Código Civil, relativos aos aspectos de natureza patrimonial e negocial, bem como de administração de bens e valores de maior monta, considerando a extensão da doença auferida por laudo médico acostado aos autos e limitações trazidas por referida Legislação "e **decisão do Embargos de Declaração de mov.º 654.1:** " a) DECRETAR a Interdição parcial de VALMOR JOSÉ REICHERT, ante sua incapacidade relativa, declarando-o relativamente incapaz apenas para exercer pessoalmente os atos da vida civil relacionados aos aspectos de natureza patrimonial – aqueles de maior monta, entendidos como os de valor superior ao montante do benefício previdenciário mensal auferido junto ao INSS -, negocial e de administração de bens e valores..." sendo nomeada Curadora do interditado suas filhas a Sras. BARBARA PENELOPE REICHERT e CAMILA EMANUELLE REICHERT. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital que será publicado pela imprensa local e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, de conformidade com o art. 755, § 3º, do Novo Código de Processo Civil. Curitiba, aos 04 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco. E Eu (a) (Kátya de Araújo Carollo) Escrivã, o fiz digitar e subscrevo. **CARLA MELISSA MARTINS TRIA Juíza de Direito Assinado Digitalmente**



SIGMUC
Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal de Curitiba
www.sigmuc.com.br

SIGMUC
Rua Presidente Faria, 51
Edifício Farid Surugi, conj. 801
Centro
CEP 80.020-390
Fone: (41) 3264-5062
Curitiba-PR

Assembleia Geral Ordinária

A Presidente do Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal de Curitiba - SIGMUC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os integrantes da categoria filiados, para participarem da Assembleia Geral da Categoria de Prestação de Contas, a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2025, (terça-feira). A reunião realizar-se-á na sede do sindicato situada na Rua Presidente Faria, 51, Conj 801, Centro, Curitiba - Paraná, às 19:00 horas em primeira convocação e às 19:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Análise, discussão e deliberação sobre as contas do sindicato referente ao ano de 2024 e Parecer do Conselho Fiscal.

As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes.

Curitiba, 23 de abril de 2025.

Assinado de forma digital por
REJANE SOLDANI
REJANE SOLDANI
SOBREIRO:00541625993 SOBREIRO:00541625993
Dados: 2025.04.23 14:07:53 -03'00'
Rejane Soldani Sobreiro
RG nº 7.157.732-5
Presidente



**RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL**

**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E
LICITAÇÕES**

**Prorrogação de prazo e alteração de Edital
Pregão Eletrônico nº 016/2025**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviço terceirizado para trabalhar no armazém da família.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 1.726.587,36 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 24/04/2025, até às 08:00 horas do dia 14/05/2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 14/05/2025, às 08:30 horas, **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 14/05/2025 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site <http://www.riobrancodosul.pr.gov.br>, no link Portal da Transparência, do dia 24/04/2025 ao dia 14/05/2025. **INFORMAÇÕES:** poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 23/04/2025.

Heloise Camila dos Santos Faria Brandt
Agente de Contratação



INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A

CNPJ Nº 02.258.422/0001-97 / Em Recuperação Judicial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A Administração da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano de 2024, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, Relatório do Auditor, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações

financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <http://valor.globo.com/valor-ri>, <http://www.inepar.com.br>, <http://www.cvm.gov.br/> e <http://bemparana.com.br>

Balanco Patrimonial Exercício em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	149	141	253	142
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.514	-
Estoques	9	-	-	334	42
Tributos a recuperar	10	1.298	1.080	1.557	1.130
Despesas Antecipadas	11	-	-	-	314
Total do ativo circulante		1.447	1.221	3.658	1.628
Não circulante					
Partes relacionadas	18.1	266.417	267.401	269.269	269.532
Tributos a recuperar	10	-	-	-	2.278
Outros créditos	12	6.546	6.546	6.546	6.546
Investimentos	13	15.514	17.204	1	-
Imobilizado	14	527	621	16.869	18.439
Total do ativo não circulante		289.004	294.050	292.685	296.795
Total do ativo		290.451	295.271	296.343	298.423
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		269	361	314	387
Instituições financeiras		-	-	43	-
Obrigações sociais e trabalhistas		294	214	294	214
Obrigações fiscais e tributárias	15	3.533	4.151	3.571	4.194
Adiantamentos de clientes	19	-	-	5.764	3.081
Outras contas a pagar	20	7.061	7.114	7.061	7.114
Total do passivo circulante		11.157	11.840	17.047	14.990
Não circulante					
Exigível a longo prazo		-	-	-	-
Obrigações fiscais e tributárias	15	23.835	23.852	23.835	23.852
Partes relacionadas	18.1	-	-	-	-
Tributos diferidos	16	-	-	-	2.278
Provisões para contingências	17	5.594	5.906	5.594	5.906
Total do passivo não circulante		29.429	32.036	29.429	32.036
Patrimônio Líquido					
Patrimônio líquido da controladora		-	-	-	-
Capital social	22(a)	191.423	191.423	191.423	191.423
Prejuízos acumulados		(366.983)	(365.461)	(366.983)	(365.461)
Ajuste de avaliação patrimonial	22 (b)	425.425	425.433	425.425	425.433
Total do patrimônio líquido		249.865	251.395	249.865	251.395
Total do passivo e do patrimônio líquido		290.451	295.271	296.343	298.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Receita Operacional Líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos e serviços		-	-	1.611	940
Lucro Bruto		-	-	(1.536)	(922)
Recargas [Despesas] operacionais		(1.854)	2.029	(1.804)	2.023
Gerais e administrativas		(991)	(1.401)	(2.631)	(2.077)
Outras receitas e despesas líquidas	24	828	4.103	827	4.100
Resultado da Avaliação de Investimentos		(1.691)	(673)	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(1.854)	2.029	(1.729)	2.041
Despesas financeiras	25	(1.709)	(548)	(1.836)	(560)
Recargas financeiras	25	12	15	14	15
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(3.551)	1.496	(3.551)	1.496
IR e CS diferidos		2.020	121.944	2.020	121.944
Resultado das operações continuadas		(1.531)	123.440	(1.531)	123.440
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		(1.531)	123.440	(1.531)	123.440
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		-	-	(1.531)	123.440
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Total		(1.531)	123.440	(1.531)	123.440
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		66.035	66.035	-	-
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		246.386	246.386	-	-
Resultado básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	28	(5,2676)	0,4256	-	-
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	28	(4,7978)	0,3869	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional: A INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – em Recuperação Judicial é uma Companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob Nº 02.258.422/0001-97, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 353.003.536-84, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, conjunto 1101, 11º andar, parte D, Centro, CEP. 80.410-180. A Companhia, constituída em 31 de outubro de 1997, tem como atividade preponderante a fabricação e fornecimento de bens de capital sob encomenda, sistemas em regime "Turn-Key" (Pacotes), fabricação de equipamentos pesados, construção, montagem, modernização e manutenção de plantas industriais e de processos e, a fabricação e montagem de estruturas metálicas. Desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade ligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, na qual participa em 25,4% do seu capital. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/lesa detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa. Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros. **Nota 3 – Bases de preparação das demonstrações financeiras: 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Vago – Diretor Presidente

Irará Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irará Galliano Andrade – Presidente do Conselho de Administração

Augusto Araújo de Oms – Membro do Conselho de Administração

André de Oms – Membro do Conselho de Administração

CONTADOR

Jair Malpica - CPF-667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

Demonstração do Resultado Abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	(1.531)	123.440	(1.531)	123.440
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	1	-	1	-
Resultado abrangente do exercício	(1.530)	123.440	(1.530)	123.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participação dos não controladores no patr. liq. das controladas	Patrimônio líquido total		
	Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Custo atribuído AAP					
Capital social	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		
Saldos Iniciais em 01/01/2023	191.423	(488.973)	1.905	423.600	127.955	2	127.957
Resultado do exercício	-	123.440	-	-	123.440	-	123.440
Resultado abrangente total	-	-	-	-	251.395	-	251.397
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	72	(72)	-	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2023	191.423	(365.461)	1.833	423.600	251.395	2	251.397
Resultado do exercício	-	(1.531)	-	-	(1.531)	-	(1.531)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	1	1	-	1
Resultado abrangente total	-	-	-	-	(1.530)	-	(1.530)
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	9	(9)	-	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2024	191.423	(366.983)	1.824	423.601	249.865	2	249.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) Antes do IR e da CS	(3.551)	1.496	(3.551)	1.496
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	94	113	1.570	114
Juros sobre empréstimos	-	-	12	-
Resultado da avaliação de investimentos	1.691	673	-	-
Provisões (Reversões)	(312)	(859)	(312)	(859)
Lucro Líquido Ajustado	(2.078)	1.423	(2.281)	751
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.514)	214
Estoques	-	-	(293)	(42)
Tributos a recuperar	(201)	(770)	1.610	(792)
Despesas antecipadas	(201)	(770)	314	(314)
			117	(934)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(93)	148	(73)	(144)
Salários e encargos sociais	81	84	81	84
Impostos e contribuições a recolher	1.368	58.307	(657)	58.347
Adiantamentos sobre encomendas	-	-	2.684	3.081
Outras contas a pagar	(53)	135	(54)	135
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	1.303	58.674	1.981	61.503
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(976)	59.327	(183)	61.320
Operações de mútuos com empresas ligadas	984	(59.358)	220	(61.399)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	984	(59.358)	220	(61.399)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	100	-
Amortização de mútuos com empresas ligadas	-	-	(69)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	-	-	43	48
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	-	-	74	48
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(31)	111	(31)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	141	172	142	173
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	149	141	253	142
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	8	(31)	111	(31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	828	4.189	2.704	5.264
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.877	1.077
Outras receitas / despesas	828	4.189	827	4.187
Insumos adquiridos de terceiros	(815)	(1.269)	(2.515)	(2.868)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(1.532)	(922)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(815)	(1.269)	(983)	(1.946)
Valor adicionado bruto	13	2.920	189	2.396
Depreciação e amortização	(94)	(128)	(1.571)	(128)
Valor adicionado líquido	(81)	2.792	(1.382)	2.268
Valor adicionado recebido em transferência	(1.679)	(658)	14	15
Resultado da avaliação de investimentos	(1.691)	(673)	-	-
Receitas financeiras	12	15	14	15
Valor adicionado total a distribuir	(1.760)	2.134	(1.368)	2.283
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	68	75	68	75
Salários e encargos	68	75	68	75
Impostos, taxas e contribuições	(2.006)	(121.929)	(1.741)	(121.792)
Federais	(2.006)	(121.929)	(1.841)	(121.829)
Estaduais	-	-	100	5
Municipais	-	-	-	32
Remuneração de capitais de terceiros	1.709	548	1.836	560
Juros	1.709	548	1.836	560
Remuneração de capitais próprios	(1.531)	123.440	(1.531)	123.440
Resultado do exercício	(1.531)	123.440	(1.531)	123.440
Valor adicionado total distribuído	(1.760)	2.134	(1.368)	2.283